

Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA
SERGIO AROUCA
ENSP

Sharllene Lívian Dias da Silva

O feminino negro e a rua: expressões do racismo e mulheres negras em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2023

Sharllene Lívian Dias da Silva

O feminino negro e a rua: expressões do racismo e mulheres negras em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, da Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Saúde Pública. Área de concentração: Políticas, Planejamento, Gestão e Cuidado em Saúde.

Orientadora: Prof.^a Dra. Roberta Gondim de Oliveira.

Rio de Janeiro

2023

Título do trabalho em inglês: The black feminine and the street: expressions of racism and homeless black women in the city of Rio de Janeiro.

O presente trabalho foi realizado com apoio de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) - Código de Financiamento 001.

S586f Silva, Sharllene Lívian Dias da.
O feminino negro e a rua: expressões do racismo e mulheres negras em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro / Sharllene Lívian Dias da Silva. -- 2023.
72 f. : fotos.

Orientadora: Roberta Gondim de Oliveira.
Dissertação (Mestrado Acadêmico em Saúde Pública) - Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Rio de Janeiro, 2023.
Bibliografia: f. 60-67.

1. Racismo. 2. Mulheres. 3. População Negra. 4. População em Situação de Rua. I. Título.

CDD 305.8

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da Rede de Bibliotecas da Fiocruz com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecário responsável pela elaboração da ficha catalográfica: Cláudia Menezes Freitas - CRB-7-5348
Biblioteca de Saúde Pública

Sharllene Lívian Dias da Silva

O feminino negro e a rua: expressões do racismo e mulheres negras em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, da Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Saúde Pública. Área de concentração: Políticas, Planejamento, Gestão e Cuidado em Saúde.

Aprovada em: 02 de outubro 2023.

Banca Examinadora

Prof.^a Dra. Thula Rafaela de Oliveira Pires
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Prof.^a Dra. Lilian Miranda
Fundação Oswaldo Cruz - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

Prof.^a Dra. Roberta Gondim de Oliveira (Orientadora)
Fundação Oswaldo Cruz - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

Rio de Janeiro

2023

Ao meu irmão caçula Lucas, meu exemplo de coragem que está no Orun a olhar por nós!
À minha ancestralidade que impulsiona minhas andanças nas encruzilhadas da vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Exu por direcionar meus caminhos nas encruzilhadas da vida. Laroyê!

A todos os orixás, minha ancestralidade, pela proteção e por me conduzir nos bons caminhos.

Modupé minhas mães Iyemanjá e Oyá por me escolherem como filha. Entre marés e ventanias, como mulher oceânica que sou, são as águas que me impulsionam a seguir com fluidez e foi olhando para o mar que aprendi a ser grande! E ao vento brisa que toca em meu rosto e mostra as direções transformadoras da vida, assim como a borboleta pronta para emergir e voar. Odojá! Eparrey!

Aos meus pais Ilnete e Francisco pela dádiva da vida e por sempre estenderam as mãos para que eu pudesse alçar voos cada vez mais altos nessa caminhada.

Aos meus irmãos, Liliam e Lucas (*In memoriam*) pelo crescimento, afeto e trocas de irmandade, e a minha sobrinha Ayla por trazer leveza em minha vida com seu olhar doce e afetuoso.

Ao Ilê Omiojuaro, meu solo sagrado e toda a minha família de axé pelos ensinamentos e cuidados, especialmente no meu momento de luto, em que tive um cuidado espiritual, mental, físico e emocional, os quais me deram força e sustento para continuar a caminhada da vida. Awúre Iyá Nla Beata de Iyemanjá, Awúre Babá Adailton de Ogun, Olorum Modupé!

À minha orientadora Roberta Gondim por todo acolhimento, colo e a sensibilidade indescritível, que segurou minha mão até o final e fez com que eu acreditasse no meu verdadeiro potencial nesta etapa acadêmica. Gratidão!

Ao Programa de Políticas Públicas, Modelos de Atenção e Gestão à Saúde (Rede PMA), da Fundação Oswaldo Cruz, pelo apoio em viabilizar a elaboração deste estudo junto ao grupo de pesquisa.

Ao coletivo Nossos Passos Vêm de Longe pelo acolhimento, trocas e potência de crescimento que desenvolvemos ao longo desse período.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES por ter concedido bolsa que possibilitou a realização da pesquisa.

Agradeço a quem veio antes de mim por me permitir chegar até aqui!

“A nossa escrevivência não pode ser lida como história de ninar os da casa-grande, e sim para incomodá-los em seus sonos injustos”
(Evaristo, 2007, p. 21).

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo conhecer a percepção das mulheres negras em situação de rua sobre as expressões do racismo em seu cotidiano, com propósito de relacionar tais expressões ao sofrimento narrado por essas mulheres do território de Manguinhos, na cidade do Rio de Janeiro. Os caminhos e análise apresentados na pesquisa partem do olhar sob o feminino negro e a rua, visto que o racismo faz parte da estrutura e das relações sociais onde as mulheres negras em situação de rua constituem um dos grupos mais susceptíveis a vulnerabilização, sendo atravessados pela violência cotidiana e pelos processos de precarização da vida. Neste trabalho, o feminino negro é mediado pelas narrativas de Carolina Maria de Jesus, enquanto o sentido da rua se manifesta a partir de Exu, sob o olhar afrodiaspórico. Para tal construção, a escrevivência foi utilizada como caminho da produção textual, por permitir desenvolver uma escrita que abarca a vivência, pessoal e coletiva, do lugar da mulher negra, nos encontros mantidos ao longo da pesquisa de campo. A intenção de construir possíveis diálogos sobre a produção do cuidado em saúde, visa produzir espaços de cuidado e caminhos onde cada ‘corpo-voz’ de mulheres negras produz um sentido de existência a partir de suas narrativas.

Palavras-chave: racismo; feminino negro; mulheres negras; população em situação de rua.

ABSTRACT

The current study aims to comprehend how black women living on the streets in the neighborhood of Manguinhos in Rio de Janeiro perceive racist expressions in their daily interactions in order to relate these expressions to the suffering described by them. Black women in the streets are one of the most vulnerable groups in society, facing everyday violence crossed by the processes of precariousness of life. This is why the research's orientations and analysis begin by looking under black women and the streets. In this piece, the black feminine is represented through the narratives of Carolina Maria de Jesus, which served as a bridge between black femininity and whiteness, while Exu, through an afrocentric lens, introduces the idea of the street. According to this construction, the use of "escrevivência" enabled the creation of a work of literature that incorporates the individual and collective existence of the black woman throughout the fieldwork interactions. The goal is to create spaces and pathways where each "body-voice" of black women creates a sense of existence from their narratives in order to build potential dialogues about the production of health care.

Keywords: racism; female African Americans, black women; homeless people.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fotografia 1 - Acervo – Registro pessoal do campo	56
Fotografia 2 - Acervo – Registro da atividade de campo.....	57
Fotografia 3 - Acervo – Registro da atividade de campo	57
Fotografia 4 - Acervo – Registro da atividade de campo	58

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AP	Área Programática da cidade do Rio de Janeiro
APS	Atenção Primária à Saúde
ENSP	Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
CnaR	Consultório na Rua
CF	Clínica da Família
CTs	Comunidades Terapêuticas
DAPS	Departamento de Administração e Planejamento em Saúde
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPUB	Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio De Janeiro
PET-Saúde	Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde
RAPS	Rede de Atenção Psicossocial
SUS	Sistema Único de Saúde
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UPA	Unidade de Pronto Atendimento
PMA	Programa de Políticas Públicas, Modelos de Atenção e Gestão do Sistema e Serviços de Saúde
VPPCB	Vice-Presidência de Pesquisa e Coleções Biológicas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO: AGÔ, LICENÇA PRA CHEGAR!	11
2	MOTIVAÇÃO: O TEMPO E AS ENCRUZILHADAS DA VIDA	16
3	REFERENCIAL TEÓRICO CONCEITUAL	18
3.1	O FEMININO NEGRO E A RUA	18
3.1.1	Exu e a rua	18
3.1.2	O feminino negro: a escrevivência de Carolina de Jesus	22
3.2	POVO DA RUA, RACISMO CIENTÍFICO E CUIDADO EM SAÚDE	27
4	CAMINHOS E ENCRUZILHADAS NO PERCURSO METODOLÓGICO	33
4.1	TRAJETÓRIA DE CAMPO	35
4.1.1	Considerações éticas	38
5	RESULTADOS E DISCUSSÕES	39
5.1	NARRATIVAS VIVAS: A RUA COMO (SOBRE)VIVÊNCIA	39
5.1.1	A clínica do afeto na rua	41
5.1.2	Por acaso eu não sou uma mulher?	44
5.2	XIRÊ DE VIVÊNCIAS E MEMÓRIAS	49
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
	REFERÊNCIAS	60
	APÊNDICE I - ROTEIRO DA OFICINA	68
	APÊNDICE II - MÚSICA: SORRISO NEGRO (1981)	69
	APÊNDICE III - INSUBMISSAS LÁGRIMAS MULHERES	70
	ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	71
	ANEXO B - PLATAFORMA BRASIL	72

1 INTRODUÇÃO: *AGÔ*, LICENÇA PRA CHEGAR!

Início esta escrita pedindo licença à Exu (*Èşú*), o senhor dos caminhos. Peço licença à minha ancestralidade por permitir a caminhada aqui na *Aiyê* (terra). Eu peço licença para chegar com essa troca [energia] entre quem escreve e quem lê. Exu está no ato de escrever e no ato da leitura; é signo e o significado de todas as formas de comunicação estabelecidas entre os homens (Simas, 2013)¹.

Nesta escrita insurgente, rompendo os padrões hegemônicos da academia, irei dialogar sobre outros caminhos, encruzilhadas e possibilidades tendo o sentido da rua, a partir de outras epistemes, a fim de se construir possíveis diálogos sobre a produção do cuidado em saúde para as mulheres nestes territórios vulnerabilizados.

Sou uma mulher negra, cria do subúrbio do Rio de Janeiro, sendo uma das primeiras pessoas da família a entrar na universidade pública, no ano de 2010. Ingressar na Escola de Enfermagem Anna Nery (EEAN), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) não foi fácil, sequer sabia me deslocar para a cidade universitária, mas embarcar nessa aventura chegando em um universo desconhecido para gerações anteriores de minha família e que, aos vinte anos foi possível romper com um ciclo de exclusão estruturalmente posto pelo racismo. Enfrentei muitos desafios nesse espaço acadêmico que a todo momento dizia que eu não pertencia aquele lugar. A resistência e persistência foram aliadas para dar seguimento e concluir o ciclo até obter minha formação como enfermeira.

Durante a formação acadêmica em enfermagem, além da militância no movimento negro e estudantil, o foco de meus estudos sempre foi voltado para questões raciais e discriminatórias no campo da saúde, e de modo mais aprofundado, me encontrei na área da saúde mental, com estudos sobre o racismo e o sofrimento psíquico da população negra. O percurso para desenvolver temas que são tão caros para população negra dentro da academia, que é majoritariamente branca, foi árduo, mas não impossível. Quando a população periférica acessa esses espaços permite novos olhares e abordagens no cuidado, diferente do que é padronizado. É uma importante forma de combate ao racismo nas universidades.

Portanto, apesar de todos os atravessamentos nos últimos tempos, proponho um estudo a qual a motivação para este diálogo vem a partir da minha experiência profissional na Rede de Atenção Psicossocial do (RAPS) e Atenção Primária à Saúde (APS) do Rio de Janeiro (RJ), no

¹ Trecho do livro *Pedrinhas miudinhas: Ensaios sobre ruas, aldeias e terreiros*, de Luiz Antonio Simas, pág. 9, 1ª edição - Editora Mórula, 2013.

cotidiano de trabalho com a população em situação de rua, experiência que possibilitou ressignificar a rua, os sentidos contidos nela e os movimentos em sua dinâmica. A rua é o lugar das trocas, dos grandes mercados, das malícias, das dores e dos afetos. Entendi que para o povo da rua é preciso enxergar para além dos olhos, só assim é possível notar algumas possibilidades para escapar da dureza da vida e do racismo cotidiano que os invisibiliza. O afeto pode ser combustível para produção de vida a estes corpos negros invisibilizados em meio ao caos urbano, na rua a ajuda é mútua. Essa experiência me ensinou a prestar um cuidado em saúde de modo integral a quem quer que seja e em quaisquer circunstâncias, aprendi em poucos meses o que não vi em anos durante a formação na graduação.

Considerando que o Brasil apresenta o maior contingente de afrodescendentes fora do continente africano e que o processo de escravização deixou marcas físicas, sociais e psíquicas, à luz do apontamento de Werneck (2005), as desigualdades raciais, portanto, interferem no processo saúde doença, cuidado e morte. Ignácio & Mattos (2019) afirmam que cultura racista que afeta a constituição das subjetividades, e notadamente interfere no olhar do corpo social com relação aos sujeitos marcados pelo signo negro, bem como atua na atenção dispensada pelos profissionais que prestam assistência aos sujeitos.

Ao refletir sobre os marcadores de raça, gênero e classe que estruturam as desigualdades no Brasil, entendendo que tais categorias estão imbricadas, nos permite compreender de forma mais nítida como as desigualdades, as opressões e discriminações estão presentes em nossa sociedade. Lélia Gonzalez argumenta que “numa sociedade onde o racismo e o sexismo, enquanto fortes sustentáculos da ideologia de dominação, fazem dos negros e das mulheres cidadãos de segunda classe, não é difícil visualizar a terrível carga de discriminação a que está sujeita a mulher negra” (Gonzalez, 2020, p.109 Apud Costa, 2021). As discriminações de gênero e raça são fenômenos que interagem, sendo a discriminação racial frequentemente marcada pelo gênero, o que significa, portanto, que as mulheres tendem a experimentar discriminações e outros abusos de direitos humanos de forma diferente dos homens (IPEA, 2011).

Os resultados do I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua², realizado em 2008, pesquisa que subsidiou a formulação da Política Nacional para População

² BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Rua aprendendo a contar: pesquisa nacional sobre população em situação de rua. Brasília, DF. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009c. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf

em Situação de Rua (BRASIL, 2009b)³, apontam para os seguintes dados: do total de entrevistados, 82% eram homens e apenas 18% eram mulheres; segundo a autodeclaração por raça/cor, 63,2% resultou na soma de pretas e pardas; 20% do total de mulheres entrevistadas declararam ser responsáveis por criança e/ou adolescente nas ruas, enquanto que 4,3% dos homens cumprem o mesmo papel; 88,4 % encontram-se em idade produtiva (entre 18 a 55 anos); 45,87% apresenta baixa escolaridade (até a 4ª série). Outro aspecto abordado no Censo foi em relação a passagem por hospitais psiquiátricos (21,4%), por unidade hospitalar (79,2%) e 20,5% por casa de recuperação para ‘dependentes químicos’. Quanto ao motivo de ida para as ruas, 22,56% indicaram a perda de moradia, seguido por 21,92% devido a problemas familiares, 11,68% por uso abusivo de drogas e 8,8% está relacionado ao desemprego. A pesquisa também aponta que as doenças psiquiátricas foram as mais comuns dentre as entrevistadas.

Conforme esses dados, pode-se observar que as mulheres negras em situação de rua constituem um grupo susceptível a vulnerabilização e marginalização, e como se viu ao longo dos encontros, se veem obrigadas a enfrentar as dificuldades de um cotidiano marcadamente masculinizado, racista e que se impõe de forma violenta sobre seus corpos. Dialogando com Sueli Carneiro (2002, p. 214):

São estas que sofrem com o fenômeno da dupla discriminação por estarem sujeitas múltiplas formas de discriminação social[...], em consequência da conjugação perversa do racismo e do sexismo, as quais resultam em uma espécie de asfixia social com desdobramentos negativos sobre todas as dimensões da vida.

Diante desse contexto macro das dimensões de exclusões e violências, as quais o corpo negro é submetido cotidianamente, reflito sobre como fica o corpo feminino negro diante nesse cenário? A subordinação e inferiorização das mulheres negras no país, dentro de suas diferenças e semelhanças à situação das mulheres brancas, pode ser compreendida por meio de análise do processo histórico e configuração das relações sociais. Ao estudar as mulheres negras é importante considerar que se trata de um contingente invisibilizado e cercado de estereótipos em todas as regiões do mundo (Gomes et al, 2018).

Cruzando caminhos de análise, surge a necessidade de pensar os efeitos da colonialidade na experiência subjetiva dos sujeitos, ou seja, a colonialidade do ser, produz uma condição de existência subalternizada para população negra, cujas relações subjetivas e

³ Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Brasília, DF, 2009b. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm>.

intersubjetivas partem de modos de existir ocidentalizado. Fanon (2008), nos contextualiza sobre a experiência vivida de ser negro e condenado à inferioridade pela modernidade, sendo estas uma das formas de expressões da colonialidade do ser. Este conceito, além de manter a violência simbólica e física do corpo subalterno, denuncia que relações raciais são relações permeadas pela ideia de existência de diferentes níveis de humanidade (Borges, 2018).

Viver na rua implica viver em situação de vulnerabilidade e risco social constante (Monteiro & Almeida, 2015). Tal afirmativa, provocou-me a refletir sobre outros sentidos da rua, ou seja, o que é essa ordenação da cidade que faz com que esse espaço da rua se configure essencialmente como espaço de exclusão?

Bernardino-Costa (2016) nos diz que “*o colonialismo, mediante o racismo, produz uma divisão maniqueísta do mundo entre a zona do ser e a zona do não-ser*”, e ao dialogar com Fanon afirma, portanto, que negros habitam a zona do não-ser e conseqüentemente tornam-se invisibilizados para sociedade colonial. Em outras palavras do autor, restará ao negro tornar visível sua existência por meio da afirmação de sua identidade e de seu corpo. Logo, na aposta dessa produção acadêmica, algumas questões me acompanharam ao longo do processo: Seria a rua um lugar de possibilidade do ser? É possível produzir outros olhares para o sentido da rua? Olhares estes, que trás a rua como o lugar de ganho e resistência?

Além das questões que me surgem nos encontros da rua, a motivação para o olhar sobre a população situação de rua, agora com recorte de gênero, emerge de tempos atrás, logo assim que iniciei a graduação em enfermagem na UFRJ. Após meu ingresso no Projeto de Extensão “*PET-Saúde/Rede de Atenção Psicossocial: priorizando o enfrentamento do álcool, crack e outras drogas*”, vinculado ao Instituto de Psiquiatria da UFRJ (IPUB/UFRJ), onde foi realizada uma pesquisa-intervenção com objetivo de analisar as produções de acesso e barreira no encontro entre sujeito e dispositivo de saúde - Consultório na Rua (CnaR) do Jacarezinho (RJ) - nos anos de 2013 e 2014⁴.

Esta experiência ampliou meu olhar sobre determinados aspectos do cuidado com a população de rua, a qual me sinto convocada a tratar em meus estudos, tendo em vista a constatação de baixa produções acadêmicas que discutam sobre os subgrupos que compõe a população de rua, como as mulheres cis, a população LGBTQIA+, população idosa e infanto-juvenil. Então, algumas questões foram mobilizadoras para propor o recorte de gênero neste estudo: Quem são essas mulheres que estão na rua? Como são as suas dinâmicas de organização

⁴ O campo de atuação nesta pesquisa foi o Consultório na Rua (CnaR) do Jacarezinho (RJ), na zona norte do Rio de Janeiro. O CnaR é um dispositivo de saúde que atua com base na Política de Saúde Mental e Redução de Danos dentro da APS, com acolhimento às demandas de cuidado para população em situação de rua.

no espaço da rua? Qual a percepção e o sentido fornecido ao racismo em seu cotidiano? Quais são as matizes de sofrimento da mulher negra em situação de rua? É nesse emaranhado de afetações que me (in)surge a necessidade de dialogar com mulheres⁵, assumindo a escrivência como um caminho possível para dialogar sobre o feminino negro que compõe a rua, a partir das narrativas e experiências do próprio corpo-voz da mulher que se encontra em situação de vulnerabilidade.

⁵ Nesta pesquisa dialogo com mulheres cisgênero, pois foram estas as participantes no meu campo de atuação durante a elaboração deste estudo. Mulheres cisgênero são aquelas em consonância entre o sexo anatômico e a expressão de gênero (ALVES, 2017).

2 MOTIVAÇÃO: O TEMPO E AS ENCRUZILHADAS DA VIDA

Colocar em palavras o nosso sentir é um grande desafio. Muitos são os atravessamentos no curso da vida que ora nos impulsiona a concretizar nossos objetivos, ora nos paralisa de seguir os caminhos que devemos trilhar. Para elaboração de qualquer escrita não é diferente, sempre haverá o que estimula a produção acadêmica, assim como o que desanima ou não faz mais sentido para nós. Ao rever os sentidos das rotas que traçamos certos caminhos, recorro às memórias da vivência no terreiro quando vejo Ogum dançando, é o deus do ferro nas terras dos iorubás, cujos movimentos são de projeção como um facão que aponta para atacar ou se defender.

Ogum é aquele que abre os caminhos, mostra novas oportunidades, propicia a força necessária nas disputas e dificuldades do dia a dia. É aquele que nos dá os instrumentos materiais necessários à nossa sobrevivência, que garante a nossa segurança e vence por nós as nossas guerras (Prandi, p. 8, 2019).

A travessia até aqui foi tortuosa e foi Ogum que me deu colo e apontou caminhos quando eu já não via sentido no que eu estava fazendo e pensei em desistir. Enfrentar o luto pela perda de meu irmão caçula, tendo leitura racial e social de toda violência que é destinada ao corpo preto, é um dor triplicada. É muita violência que nos atravessa a todo momento, todos os dias. Não é possível normalizar esta barbárie e identificar e nomear todo esse sofrimento é um processo doloroso. Racismo. Genocídio de jovens pretos. Sofrimento psíquico da população negra. Violência de Estado. Violação dos direitos humanos. Negação do direito à vida. Dor. Depressão. Ansiedade. Hipertensão. Comorbidades adquiridas a partir de sofrimento gerados pela perda de parte de nós. Assim como meu irmão, muitas vidas negras são ceifadas diariamente. O racismo e a violência massacra toda nossa estrutura psíquica e física. Na favela, todo dia famílias são desestabilizadas, mas tentam encontrar algum sentido para continuar. Em quantos cacos nos partem diariamente? Meu irmão não chegou a completar os 30 anos, e o retrato do genocídio da juventude negra aponta a violência que reduz a expectativa de vida de homens pretos e pardos. O caçula estava em pleno movimento de transformação, alcançando novos voos em ascensão na vida, com carteira assinada e cuidando de sua cria e, de repente, por ser um preto favelado com poucos recursos além desse território, teve sua vida, seus sonhos, desejos e ambições ceifadas junto.

O trauma é um processo intenso, em que me vi a todo momento buscando alguma faísca para continuar a caminhar. Em primeiro momento, a paralisação vem e pude entender que respeitá-la é também respeitar as etapas do meu processo. A culpa muitas vezes me

acompanhou, é quase inevitável, mas é preciso ter um olhar mais amoroso para nós porque a vida por si só já se encarrega de trazer muita dureza em nosso cotidiano. Às voltas com a entrega desta pesquisa de mestrado, precisei fazer um trabalho interno de olhar amorosamente para quem eu sou, precisei encontrar algo que fizesse sentido para continuar e minha resposta estava na ancestralidade.

Nesse tempo ocidental e padronizado da academia que, por vezes, nos adoece, cheguei a pensar que não fazia mais sentido escrever sobre essa pesquisa de mestrado, já que a formalidade desse tempo, com seus diversos prazos e exigências, não respeita o nosso tempo, o meu tempo de luto. Como então dar seguimento com um eterno vazio interno? Eu sangrei no processo, duvidando da minha capacidade em concluir essa etapa. Minha resposta veio da ancestralidade que soprou em meus ouvidos dizendo que o mar é tão grande quanto eu posso ser. Honro a ancestralidade por me amparar quando a chama estava quase apagando. Entendi que a força está em mim e é possível encontrar caminhos para esse regaste da chama que nos impulsiona a seguir.

Se “*Nossos Passos Vem de Longe*”, no tempo do agora me faço presente em corpo-voz rompendo ciclos geracionais que não tiveram oportunidade tal como eu, de acessar a universidade. A letra da música “*Continuação de um sonho*” do rapper carioca Abebe Bikila, ou BK’, me motiva quando diz “*Eu sou a continuação de um sonho, da minha mãe, do meu pai, de todos que vieram antes de mim, eu sou a continuação de um sonho da minha vó, do meu vô, quem sangrou pra gente poder sorrir*”. É a continuação do sonho de meus ancestrais que não tiveram a oportunidade, pela via do estudo, em romper com a lógica do sistema racista e excludente, o qual diz que lugar de preto não é na universidade.

O processo de escrever a nossa vivência, é deixar germinar palavras que antes foram sementes no campo das ideias, escrevo porque acredito que a palavra produz sentidos e produz cura também. A escrita é uma arma ao enfrentamento a muitas questões raciais e sociais. Por vezes, a gente sangra na escrita para colocar nossas dores e afetações em algum lugar, escrevemos para não desistir [de nós]. É na encruzilhada que tudo começa!

3 REFERENCIAL TEÓRICO CONCEITUAL

3.1 O FEMININO NEGRO E A RUA

3.1.1 Exu e a rua

Abre o caminho,
O sentinela está na porta.
Abre o caminho,
Pro mensageiro passar...

Abre o caminho,
O sentinela está na porta.
Abre o caminho,
Pro mensageiro passar...
Laroyê!
(Juçara Marçal)⁶

Por que falar de Exu e a rua? Na cosmovisão africana, Exu é o princípio dinâmico do universo. É a divindade que habita as ruas por onde passamos, é o dinamizador e mensageiro, é quem faz ponte entre o humano e o divino. Ele é o tudo e o nada. Exu é atemporal, porque é o ontem, o hoje e o amanhã. Exu é a energia que nos impulsiona a correr a gira nesse movimento espiralar. O velho ditado iorubá “*Exu matou um pássaro ontem com uma pedra que só jogou hoje*”, expressa a capacidade de Exu de subverter o tempo — não há início, meio ou fim, mas a ação determinada. Até mesmo o passado pode ser reinventado.⁷

Para falar do agora, recorro ao um tempo passado, onde parte de minha história se faz e me completa enquanto ser: meu encontro com Mãe Beata de Iemanjá, a grande professora que nos ensinou a ser gente grande. Em meados de 2012, minha vida mudaria por completo ao fazer parte da comunidade de terreiro Ilê Axé Omiojuaro⁸, em Nova Iguaçu – RJ, e este solo sagrado se constituir como minha família de axé, meu espaço de cuidado. Foi no terreiro que compreendi o que era Exu, foi observando, percebendo a tudo que era ensinado pelos mais velhos e (re)significando em minha vida, que passei a entender que Exu está eu todo lugar.

⁶ Música Padê, no álbum de Juçara Marçal e Kiko Dinucci (2008).

⁷ Acesso no site: <https://valkirias.com.br/amarelo-o-amanha-e-ancestral/>.

⁸ Ilê Axé Omiojuaro é um terreiro de Candomblé que foi fundado por Mãe Beata de Iemanjá em 20 de abril de 1985, no bairro Miguel Couto em Nova Iguaçu na Baixada Fluminense/RJ. Em 2015, foi premiado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) com o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, o qual prestigia as ações de preservação do patrimônio cultural brasileiro. O Ilê Axé Omiojuaro tem 38 anos de história, e um caminho cheio de luta, de muita dedicação e amor, agora com Babá Adailton Moreira na continuidade desse legado de Mãe Beata, olhando para frente sem esquecer quem veio antes de nós, de nossas mais velhas. Informações disponível no site do próprio terreiro: <https://ileaxeomiojuaro.com.br/>.

No documentário A Boca do Mundo – Exu no Candomblé⁹, que faz uma abordagem etnográfica e experimental sobre as múltiplas manifestações culturais de EXU, minha mãe de santo, Mãe Beata de Iemanjá, concedeu um emocionado depoimento sobre quem era Exu para ela: *“Exu sou eu! Eu, com 78 anos. Nasci em uma encruzilhada, ao meio dia de uma terça-feira. Na fome. Minha mãe foi pescar no rio porque não tinha o que comer e, ali dentro, a bolsa estorou e eu comecei a nascer. Ela saiu prendendo as pernas. Fez uma revolução no lugar! Uma senhora africana veio correndo com vários trapos para me aparar. Então, eu sou exu! Exu é meu homem, é meu marido. O que mais me emociona é falar de Exu. Exu é meu riso, é minha lágrima, é minha insônia. É tudo o que eu trabalhei. É tudo o que eu adquiri. São as amizades que tenho. Tudo!”* (Mãe Beata de Iemanjá).

Exu é puro devir! É o guardião dos entrecruzamentos, dos pontos de contato, das relações. É a partir do encontro que surgem as mudanças, o movimento. É dele também o papel de zelar e prover o movimento. Em diálogo, com Damasceno (2016), Exu é a multiplicidade, sua principal característica, nunca é o idêntico a si mesmo, se modifica no caminho, são vários, se faz nos devires. O devir permite o abandono dos territórios repetidos, dos caminhos já traçados.

As imprecisões são seu território, ele é o entre. O que confunde. O que escapa à classificação. Nenhuma narrativa é capaz de recuperar exu em sua totalidade. Existe totalidade? Ele é fragmentado, desterritorializado. Dá lugar a múltiplas verdades que não se coadunam com o uno e o idêntico a si mesmo. Questiona a universalização da “verdade”, da centralidade discursiva tão comum ao pensamento ocidental. Embaralha as alternativas, coloca em tensão as particularidades e apresenta uma pluralidade de vozes em que o real é inesgotável (Damasceno, 2016).

Como poderemos, na limitação de nossa tosca e arrogante visão racionalista ancorada nos cânones da modernidade, entender Exu? (Simas, 2013). É o princípio explicativo de mundo, é o elemento constituidor do próprio movimento em si: é o princípio dinâmico do universo que desarticula tudo para que nos confrontemos com a necessidade de fundar a existência em bases diferentes (Simas, 2013; Rufino, 2016).

Os modos de educação praticados em terreiros de candomblé, umbanda, macumbas cruzadas, ruas, esquinas e rodas, são outros, marcados por uma identidade subalterna, revelam outras gramáticas e outras formas de maestria dos saberes (Rufino, 2019). Esses modos subalternos produzidos como resposta ao terror colonial se responsabilizam com a vida por estarem implicados nas lutas contra as injustiças cognitivas e sociais.

⁹O documentário A Boca do Mundo – Exu no Candomblé está disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=tcO7fN_19kY e no site: <https://abocadomundodoc.wordpress.com/>.

Diante das minhas percepções de mundo não ocidentais, enquanto uma enfermeira de saúde mental, reflito sobre o quão possível é propor um diálogo a partir de Exu, para a compreender as dinâmicas e relações estabelecidas na rua. E nesse movimento de inquietações fica a questão: É possível pensar a rua como um território de (re) existência para as mulheres negras que ali estão? Nessa tessitura de diálogo, é possível compreender noções de cuidado em saúde baseados na relação entre cultura, religião, ancestralidade e o aquilombar-se¹⁰ nesse território-rua, portanto, considerando a rua não somente como lugar de exclusão, mas sim um lugar de pertença possível.

Os caminhos traçados nas encruzilhadas nos conduzem para dentro. Como enfatiza Kilomba (2020), na condição de sujeitos, se faz o caminho oposto, conta-se a realidade, a partir da perspectiva de dentro. Na concepção filosófica *nagô/iorubá*, assim como na cosmovisão de mundo das culturas *banto*, a encruzilhada é o lugar sagrado das mediações entre sistemas e instâncias de conhecimentos diversos (Thompson, 1984; Martins, 1997)¹¹.

Na gira espiral da vida, a encruzilhada é o ponto de partida e a rua é morada dessa energia de onde se parte. A rua pode ser um lugar de ganho e das possibilidades, que com o fim do sistema escravista no Brasil não houve garantia de inclusão do povo negro na sociedade. Os negros escravizados fizeram seu próprio movimento de resistência nas ruas. No livro *Cidades Negras: Africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista no século XIX*, publicado no ano de 2006, os autores trazem que, ao contrário dos cenários típicos das plantations, é no espaço urbano e semi-urbano que parte da escravidão atlântica foi vivenciada:

A falta de moradias populares tornou-se um problema urbano crônico [...] Para além da arquitetura e disposição urbana, havia significados culturais reinventados nos espaços físicos e simbólicos, das moras. Enfim, moradias escravas e negras igualmente redefiniam as cidades atlânticas e produziram novos territórios” (Farias *et al.*, 2006, p. 83).

Na constituição de cidade, a rua acaba sendo um lugar de resistência histórica e socialmente marcado para população negra. Nessa perspectiva, a abordagem de gênero no

¹⁰ Ao final do século XIX, de acordo com Beatriz do Nascimento, o quilombo passa a receber o significado de instrumento ideológico contra as formas de opressão: “[...] *Quilombo passou a ser sinônimo de povo negro, de comportamento do africano e de seus descendentes e esperança para uma melhor sociedade*” (NASCIMENTO, 1985, p. 46). Ao trazer a perspectiva de Kabenguele Munanga, Filho (2020), destaca que “O quilombo brasileiro é, sem dúvida, uma cópia do quilombo africano reconstituído pelos escravizados para se opor a uma estrutura escravocrata, pela implantação de uma outra estrutura política na qual se encontram todos os oprimidos. Escravizados, revoltados, organizaram-se para fugir das senzalas e das plantações e ocuparam partes de territórios brasileiros não-povoados, geralmente de acesso difícil. Imitando o modelo africano, eles transformaram esses territórios em espécie de campos de iniciação à resistência” (FILHO, 2020 *Apud* MUNANGA, 1996, p. 63).

¹¹ MARTINS, 1997 *apud* RAVETTI & ARBEX, 2002, p.73. *In*: Performance, exílio, fronteiras: errâncias territoriais e textuais. Departamento de Letras Românicas, Faculdade de Letras/UFMG. Belo Horizonte – MG, 2002.

espaço urbano, também diz respeito aos espaços construídos em função de papéis socialmente aceitos, já que a ordenação da cidade sempre foi de privilegiar as relações de produção do capital da classe dominante. Num país marcado pela desigualdade de oportunidades e por grande assimetria de acesso a direitos, a escravidão, embora formalmente extinta, encontrou terreno fértil para fazer perdurar seus efeitos (Schwarcz & Neto, 2016). Os autores, pontuam ainda que o racismo em suas manifestações mais concretas não raro se expressa articulado a outros marcadores sociais da diferença, como gênero, classe, região, sexualidade e geração, num jogo de mútua determinação e causalidade.

Conforme conceitua o filósofo Achille Mbembe, que articula em que medida o poder soberano se sustenta a partir da operacionalização da vida através da morte, todas as extremas vulnerabilidades postas à determinadas populações, se traduz como política de morte ou necropolítica. São muitas formas de extermínio. Todas as extremas vulnerabilidades postas à determinadas populações, se traduz como política de morte ou necropolítica. São muitas formas de extermínio. A morte já não vista como um limite, mas algo a ser gerido pela política a partir do momento em que a soberania não se restringe ao controle territorial, configurando-se como a exploração do direito de matar. É no exercício de governar que políticas diferenciadas sobre corpos, sujeitos e espaços também diferenciados produzem um conjunto de vidas precarizadas. E vidas precarizadas geram sofrimento. Sofrimento que perpassam do campo psíquico e atravessam corpos negros cotidianamente. Corpos vulnerabilizados que somatizam, adoecem e morrem diariamente nesse espaço urbano ocidentalmente excludente.

3.1.2 O feminino negro: a escrevivência de Carolina de Jesus

9 de maio

(...) Eu cato papel, mas não gosto.
Então eu penso: faz de conta que estou sonhando.
Carolina Maria de Jesus

A escrita deste capítulo surge a partir de uma questão que me acometeu ao longo da produção desta pesquisa: como trazer o corpo feminino negro como sujeito de sua narrativa, dialogando com as vivências da rua? Encontrei a resposta em Carolina de Jesus. Além da intenção da contextualização necessária para o trabalho, considero também como uma forma de se posicionar contra o apagamento de personalidades negras no ambiente acadêmico.

Imortalizada com seu primeiro diário, o *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, Carolina de Jesus rompeu com a construção de narrativas eurocêntricas e padronizadas sobre os modos de existência de vida, tornando-se uma voz coletiva da favela do Canindé, zona norte de São Paulo, nos anos de 1960. Vivia do que catava no lixo para sustentar seus três filhos e a si mesma, no árduo cotidiano de vida na favela.

2 de maio de 1958. Eu fiz uma reforma em mim. (...) Passei o dia catando papel. A noite os meus pés doíam tanto que eu não podia andar. (Jesus, 2014, p. 28)

Em meio à sua luta diária na tentativa de conseguir algo para dar de comer aos filhos, Carolina escrevia. A escrita a ajudava a elaborar os traumas produzidos pela miséria e a escrita foi o que possibilitou que ela saísse desse quadro de pobreza extrema (Scheifler, 2022). Grada Kilomba ao trazer o questionamento de Spivak em “Pode a subalterna falar?” (Spivak, 1995 apud Kilomba, 2019), reforça na literatura de Carolina de Jesus a resposta de que, sim, é possível a subalterna falar em meio as estruturas de opressão, já que sua produção literária descreve a realidade de mundo a partir do lugar do subalterno, questiona a colonialidade e o elitismo social da época, e que se mantém até os dias atuais. Sua escrita era um ato revolucionário.

Carolina de Jesus fala sobre suas dificuldades de vida no quarto de despejo e denuncia a situação de negros e pobres no Brasil. Não muito distante, a realidade de mulheres negras em situação de rua, que muitas vezes nem barraco tem, apresentam uma vivência semelhante as narradas pela autora.

Esse corpo subalterno é um corpo violentado pela fome, pela miséria circundante, pela degradação do espaço, pela reificação, como se observa na revolta contida nas palavras da narradora impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo’ (JESUS, p. 37). Quarto de Despejo faz do corpo subalterno um

instrumento de denúncia, ao transformar a vida miserável dessa favelada numa narrativa que transgride o modelo canônico e se coloca como um gênero de fronteira, expressão de uma mulher oprimida (Xavier 2003, p. 16-17 apud Silva, 2017).

Os escritos de Carolina de Jesus é tempo do agora. Encontro em sua trajetória a expressão mais fiel quando quero dizer sobre o feminino negro e a rua. É o corpo da mulher negra que é atravessado pela violência, pelo racismo e pelos processos de precarização e mortificação, ao mesmo tempo que este corpo pode também se reinventar na contemporaneidade e não mais ser visto apenas como um corpo feminino negro passivo e desprovido de inteligência crítica. E neste compasso, a rua é sua escola, um lugar de dinâmicas e possibilidades de (sobre)vivência.

A experiência vivida pelas mulheres negras em seu existir enquanto corpo, percorrem caminhos dolorosos, marcados por múltiplas violências, além do racismo que, ao fazer parte do tecido social gera profundos impactos na sociedade e principalmente ao psiquismo do sujeito (Oliveira et al, 2021). As questões que transversalizam os corpos femininos, como as disparidades socioeconômicas que aprisionam mulheres negras ao lugar de subalternas, na escassez de sua materialidade para sobrevivência do corpo anátomo, com ressalta Moraes et al (2022), elas são silenciadas, amordaçadas e negligenciadas.

13 de maio. (...) E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravatura atual – a fome!” (JESUS, 2014, p. 32)

26 de agosto. A pior coisa do mundo é a fome! (JESUS, 2014, p. 191)

A escrevivência de Carolina de Jesus, denuncia as atrocidades vivenciadas num Brasil em implementação de um modelo de capitalismo dependente carregado pela estrutura colonial de dominação (Moraes et al, 2022). As palavras instigantes no diário de uma favelada me convoca a pensar qual tecnologia de cuidado é desenvolvida para esses corpos? A literatura e a fome expressa pela escritora negra, mãe solteira e favelada, é uma resistência às subalternidades, e faz uso da palavra como instrumento de resistência e luta.

12 de outubro. (...) Já faz tanto tempo que estou no mundo que estou enjoando de viver. Também com a fome que eu passo quem é que pode viver contente? (Jesus, 2014, p. 125).

Carolina de Jesus passou uma vida com dor no estômago, a dor resultante das articulações de diferentes matrizes de dominação que constituem a sociedade capitalista, bem como a sociedade brasileira (Moraes et al, 2022). Seus registros trazem nitidez à luta da população negra e periférica pela sobrevivência.

7 de agosto. Deixei o leito as 4 horas. Eu não dormi porque deitei com fome. E quem deita com fome não dorme (...). (Jesus, 2014, p. 107)

23 de maio. Se ando suja é devido a reviravolta da vida de um favelado. (Jesus, 2014, p. 43)

A autora apresenta na dor de seu corpo, o resquício dessa violência estrutural e racial, que segundo Moraes et al. (2022), é a violência que atinge corpos de forma distinta, segregando e apontando humanidade a uns de acordo com a cor da pele, gênero ou sexualidade. O racismo, como um sistema que opera múltiplas opressões, atravessa gerações de mulheres negras no Brasil que não aceitaram o lugar de subalternidade que lhes foi destinado.

Em “*Eu não sou uma mulher?: Mulheres negras e feminismo*”, a ativista bell hooks contextualiza que o sexismo e o racismo manifestam-se como uma força opressiva nas vidas das mulheres negras (hooks, 2020). De tal modo, historicamente as violações que a mulher negra sofreu na condição de escravizada, tendo seu corpo subjugado à violência racial e objetificação sexual, é fundamentada na organização patriarcalista da sociedade, forçada a trabalhos domésticos e reprodutivos (Viana, 2021).

hooks (1995), sustenta que a mulher negra é duplamente caracterizada como um ser inferior, por sua condição feminina e racial. Ela é vista a partir de seu corpo, um corpo mais próximo da natureza, mais animalístico e ainda mais primitivo que o corpo da mulher branca ou do homem negro (Fernandes, 2016).

Estudos já nos mostram que ao articularmos gênero com a categoria raça percebemos uma dupla exclusão imposta às mulheres. Ou seja, se à mulher, em geral, foram negados vários direitos, entre eles o do acesso à leitura e escrita, à escola, no que diz respeito à mulher negra, via de regra, tudo isso foi impetrado com muito mais reforço. Assim, se ao gênero forem atribuídas outras categorias, ou marcadores sociais, como raça, classe, geração, regionalidade etc., percebemos a exclusão ainda mais acentuada (Silva, 2017).

As contribuições teóricas de Lélia Gonzalez, importante intelectual brasileira que teve forte atuação na luta contra o racismo estrutural e as relações entre gênero e raça, permite uma melhor compreensão sobre a condição da mulher negra na sociedade, as quais múltiplas opressões incidem em sua subjetividade e em sua realidade de vida. Ao elucidar sobre o duplo fenômeno do racismo e sexismo, Lélia Gonzalez questiona *Cum é que a gente fica?*¹²

Para nós [mulheres negras] o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular. (Gonzalez, 1984, p. 224).

¹² GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244.

A interconexão entre discriminações e desigualdades da ordem de gênero, raça e classe tem sido fundamental para se apreender a historicidade das mulheres negras na América Latina, diante do longo histórico de colonialidade que constitui todo o continente (Moura & Almeida, 2019).

No ensaio “*A mulher negra na sociedade brasileira*”¹³, Lélia ao abordar sobre o lugar da mulher negra na força de trabalho e nas relações raciais, faz importante colocação quanto à mulher negra, que se pense em sua falta de perspectivas quanto à possibilidade de novas alternativas. Nas palavras da filósofa, “ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no nível mais alto de opressão” (Gonzalez, 2020, p. 58).

Quando Lélia nos diz sobre os problemas da dupla ou tripla jornada de trabalho ou tarefas a serem executadas pela mulher negra na sociedade, a exemplo:

Antes de ir para o trabalho, tem que buscar água na bica comum da favela, preparar o mínimo de alimentação para os familiares, lavar, passar e distribuir as tarefas dos filhos mais velhos com os cuidados dos mais novos (Gonzalez, 2020, p. 58).

Encontro a experiência viva desta sobrecarga sobre a mulher negra nas narrativas de Carolina de Jesus, que trás o “*espaço-temporalidade [entre]: buscar água, catar lixo, vender o lixo, comprar comida, fazer a comida, dar a comida aos filhos, banhar os filhos, levá-los à escola, refazer o mesmo percurso [...] recomeçar tudo, sempre*” (Sousa, 2012). Além da pobreza, a exaustão e o descontentamento com vida que levava junto com seus filhos, são bem marcados em seu diário:

11 de julho. Deixei o leito as 5 e meia. Já estava cansada de escrever e com sono. Mas aqui na favela não se pode dormir, porque os barracões são umidos, e a Neide tosse muito, e desperta-me. Fui buscar água e a fila já estava enorme. Que coisa horrível é ficar na torneira. Sai briga ou alguém quer saber a vida dos outros. Ao redor da torneira amanhece cheio de bosta. E quem limpa sou eu. Porque as outras não interessam. Quando cheguei na favela estava indisposta e com dor nas pernas. A minha enfermidade é física e moral.

No pensamento de Lélia, “a *mulher negra anônima*, sustentáculo econômico, afetivo e moral de sua família é quem, a nosso ver, desempenha o papel mais importante. Exatamente porque com sua força e corajosa capacidade de luta pela sobrevivência nos transmite a nós, suas irmãs mais afortunadas, o ímpeto de não nos recusarmos à luta pelo nosso povo” (Gonzalez, 2020, p. 64).

¹³ Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos. Editora Zahar. Rio Janeiro, 2020.

Em meio a todo caos, Carolina de Jesus se manteve como o pilar de sua casa e com o lápis em punho escrevia como forma de cura e libertação! Em suas palavras no dia 28 de maio de 1958: *“A vida é igual a um livro. Só depois de ter lido é que sabemos o que encerra. E nós quando estamos no fim da vida é que sabemos como a nossa vida decorreu. A minha, até aqui, tem sido preta. Preta é minha pele. Preto é o lugar onde eu moro.”* Carolina Maria de Jesus – Quarto de Despejo: diário de uma favelada, 2014.

3.2 POVO DA RUA, RACISMO CIENTÍFICO E CUIDADO EM SAÚDE

O objetivo deste capítulo é articular as questões históricas e sociais que interferem sobre as condições da população estar em situação de rua, partindo do pressuposto que o racismo científico produziu marcas para determinados grupos raciais cujas dinâmicas vulnerabilizadoras impactam o cuidado em saúde.

Para Moore (2007, p. 280), o racismo surgiu na antiguidade como sendo um fenômeno fundamentalmente antinegro que, assim como o sexismo, perpassa todas as culturas e todas as civilizações construídas e determinadas historicamente. Logo, está ligado a conflitos ocorridos na história dos povos, se desenvolvendo, principalmente, em torno da luta pela posse e a preservação monopolista dos recursos vitais na sociedade. Segundo Moore (2007) esses recursos eram bens e territórios, que se tornava à própria força de trabalho alheio (população escravizada), a produção alheia e as riquezas do meio ambiente alheio.

Com efeito, a noção de recursos tida nesse processo de surgimento do racismo passa da Antiguidade para as sociedades atuais, negando os direitos da população negra, sendo definidas:

Os recursos vitais se definem em grande medida em termos de acesso: à educação, aos serviços públicos, aos serviços sociais, ao poder político, ao capital de financiamento, às oportunidades de emprego, às estruturas de lazer [...] o racismo veda o acesso a tudo isso [...] (Moore, 2007, p. 283-284).

Segundo Quijano (2005), a ideia moderna de raça não tem história conhecida antes do processo de colonização do que hoje conhecemos como América, tendo se originado em parte como referência às diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados, tendo em sequência sido construída como referência as presumidas estruturas biológicas diferenciais entre esses grupos.

Munanga (2004), adensa o debate ao explicitar que a categoria de raça que opera no imaginário da população e produz discursos racistas, é ainda a ideia de raça produzida pela ciência moderna nos séculos XIX e XX. Portanto, serve para classificar a diversidade humana em grupos fisicamente contrastados, que têm características fenotípicas comuns, sendo estas tidas como responsáveis pela determinação das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas dos indivíduos dentro destes grupos, situando-se em uma escala de valores desiguais.

Como ressalta Moore (2007), a criatividade democrática exige novas e adequadas estratégias concretas de contenção e combate ao ideário racista e das estruturas sociais racializadas em todas as suas formas. Dessa forma, a desconstrução da ideia de uma sociedade brasileira igualitária é fundamental para combater a banalização do racismo no lugar onde,

historicamente, se oprime e conseqüentemente se reflete em diversos aspectos de vida e do viver da população negra na sociedade brasileira.

Na visão científica, o racismo surge através do conceito de raça², portanto era tido como um fenômeno biológico. Contudo, o legado biologizante do racismo científico do século XIX foi desconstruído, como ressalta o teórico cultural Stuart Hall (2005, p. 63) sobre o conceito de raça sendo:

[...] uma categoria discursiva e não uma categoria biológica. Isto é, a categoria organizadora daquelas formas de falar, daqueles sistemas de representação e práticas sociais (discursos) que utilizam um conjunto frouxo, frequentemente pouco específico, de diferenças em termos de características físicas – cor da pele, textura do cabelo, características físicas e corporais, etc. – como marcas simbólicas, a fim de diferenciar socialmente um grupo do outro.

De acordo com Schucman (2010), no século XX, com o avanço das ciências biológicas e genéticas, os estudiosos deste campo chegaram à conclusão de que a raça como realidade biológica não existe, pois os marcadores genéticos de uma determinada raça poderiam ser encontrados em outras e, portanto, experiências genéticas comprovaram que: pretos, brancos e amarelos não tinham marcadores genéticos que os diferenciavam enquanto raça. Desta forma, mesmo que os patrimônios genéticos dos seres humanos se diferenciem, as diferenças não são suficientes para classificá-los em raças. Portanto, não há necessidade da ideia de raça legitimada pela ciência para que haja racismo, e é isto que explica a permanência do racismo na atualidade, pois se transformaram as formas de legitimação social e discurso sobre as diferenças humanas, bem como os mecanismos que mantêm as posições de poder entre brancos e não brancos (Schucman, 2010).

O racismo, como crença na superioridade de algumas raças sobre outras, que justifica a desigualdade entre os grupos, é uma forma de opressão, de agressão e de violência (Gouveia & Zanello, 2018). De acordo com Gomes et al. (2018), o racismo e o sexismo são elementos que fazem parte do próprio modo com que historicamente se estruturam as relações sociais no Brasil. Em análise estrutural, como afirma Almeida (2019), o racismo é definido por um processo em que condições de subalternidade e privilégios que se distribuem entre grupos raciais e se reproduzem nos âmbitos da política, da economia e das relações cotidianas, portanto, não é possível entender a organização da sociedade brasileira em seus aspectos políticos, econômicos e até mesmo jurídicos, sem a análise da questão racial e de gênero.

A experiência do racismo não é algo momentâneo ou pontual, mas constitui um processo contínuo que aciona uma memória histórica da opressão racial, da escravização e da colonização, em que “a ferida do presente ainda é a ferida do passado” (Kilomba, 2019, p. 158). Os atos e situações que correspondem ao que Grada Kilomba (2019) chama de ferida aberta da

colonização, são as feridas que tratam o sujeito negro como o conceito de “Outridade”, ou seja, um outro, não negro e não possuidor de humanidade. Naturalizando, dessa maneira, a permanência da violência como um *modus operandi* no trato com os descendentes de africanos (Fernandes, 2016).

Batista et al (2013), afirmam que o racismo é estruturante na sociedade brasileira, e essa violência estrutural resulta em vulnerabilidade para doenças. Conforme citam em seu artigo *“Iniquidades raciais e saúde: o ciclo da política de saúde da população negra”*:

Há uma morte branca que tem como causa as doenças, as quais, embora de diferentes tipos, não são mais que doenças, essas coisas que se opõem à saúde até um dia sobrepujá-la num fim inexorável: a morte que encerra a vida. A morte branca é uma “morte morrida”. Há uma morte negra que não tem causa em doenças; decorre de infortúnio. É uma morte insensata, que bule com as coisas da vida, como a gravidez e o parto. É uma morte insana, que aliena a existência em transtornos mentais. É uma morte de vítima, em agressões de doenças infecciosas ou de violência de causas externas. É uma morte que não é morte, é mal definida. A morte negra não é um fim de vida, é uma vida desfeita [...] A morte negra é uma morte desgraçada. Batista; Escuder; Pereira, 2004, p.635 Apud Batista et al, 2013).

Se tratando do cuidado em saúde para população negra, é preciso assumir o racismo e as desigualdades sociais existentes historicamente, enquanto determinante na produção de adoecimento da população negra. Isto é fundamental para o acolhimento do sofrimento psíquico na rede de saúde pública no Brasil e garantir condições dignas e humanas de cuidar da população negra para salvaguardar o direito que é constitucional: o direito a saúde (Brasil, 2012).

O conceito de saúde reflete sobre o meio em que vive o indivíduo, e isto se refere à cidade, aos serviços de saúde oferecidos, a vulnerabilizações e a exclusão social da população descrita. E se tratando da população em situação de rua (PSR), a concepção de vulnerabilidade não se limita à baixa condição socioeconômica vinculada a pobreza extrema. A vulnerabilidade social significa algo além, como fundamenta Silva (2006), ao afirmar que as etnias raciais, o gênero, o desemprego, a representação política, as situações de doenças, o abandono, a inexistência de moradia, dentre outros, são atributos que podem colocar os grupos sociais que os portam, em situações de vulnerabilidades sociais, em decorrência do processo discriminatório desenvolvido por outros sujeitos sociais.

Nunes & Souza (2020), em seu artigo *“Para ficar em casa é preciso ter casa: desafios para as mulheres em situação de rua em tempos de pandemia”* ressaltam sobre o crescente aumento da população em situação de rua nas cidades brasileiras o que evidencia um cenário de extrema desigualdade e injustiça social que revelam os resultados de uma política econômica e social que fragmenta e fragiliza as pessoas e suas relações sociais. As ruas, diariamente, são

cenários férteis dessas expressões, onde a invisibilidade assume o lugar dos (in)existentes (Nunes & Souza, 2020).

Dessa forma, observando que as condições de vulnerabilizações vivenciadas pela população em situação de rua, além das questões psicossociais geradoras de sofrimentos físicos e emocionais, possibilitam riscos maiores para a saúde desse grupo, representa-se um desafio a efetivação de políticas de saúde que deem conta dessa complexidade (Brasil, 2012).

As condições sociais e de saúde da população negra perpassam pela grave e insistente questão do racismo no Brasil, fenômeno este que se introduziu na cultura brasileira e persiste até os dias de hoje, como consta na cartilha da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra – uma política do SUS:

O racismo se reafirma no dia a dia pela linguagem comum, se mantém e se alimenta pela tradição e pela cultura, influencia a vida, o funcionamento das instituições e também as relações entre as pessoas. É condição histórica e traz consigo o preconceito e a discriminação, afetando a população negra de todas as camadas sociais, residente na área urbana ou rural. E, de forma dupla, as mulheres negras, que também são vitimadas pelo machismo e pelos preconceitos de gênero, o que agrava as vulnerabilidades a que está exposto. (Brasil, 2010).

É preciso considerar a grave questão do racismo no Brasil, seu elevado grau de entranhamento na cultura brasileira e a discriminação como fator social determinante das condições de saúde, especialmente de saúde mental (Brasil, 2005). Para evidenciar as questões estruturais de desigualdades que permeiam no contexto social, os movimentos de militância negra foram os impulsionadores na reivindicação de ações em políticas públicas para a redução da desigualdade social e a ampliação de acesso aos serviços públicos, serviços de saúde e melhores condições de vida para a população negra. No racismo cotidiano, nos diz Grada Kilomba:

O racismo cotidiano refere-se a todo vocabulário, discursos, imagens, gestos, ações e olhares que colocam o sujeito negro e as pessoas de cor não só como “Outra/o” – a diferença contra a qual o sujeito branco é medido – mas também como Outridade, isto é, como a personificação dos aspectos reprimidos na sociedade branca (Kilomba, 2019, p.78).

De acordo com a autora, a pessoa negra é usada como tela para projeções do que a sociedade branca tornou tabu. Tornamo-nos um depósito para medos e fantasias brancas do domínio da agressão ou da sexualidade (Kilomba, 2019, p.78). Ou seja, diante de toda essa estrutura subalterna marcada pelo racismo, a população negra está susceptível a violências sistemáticas (de Estado e institucional, inclusive), sofrem constantes violação de direitos e assim acumulam no corpo físico e psíquico experiências traumáticas que estão diretamente

ligadas ao modo de nascer, viver e morrer de cada corpo preto no país e na produção de subjetividade.

Ao observar a dinâmica da população em situação de rua, bem como o território da rua que ocupam, me remeto à Frantz Fanon quando descreve em sua obra “Os condenados da terra”, a cidade do colonizado:

É um mundo sem intervalos, os homens estão uns sobre os outros, as cabanas dispõem-se do mesmo modo. A cidade do colonizado é uma cidade esfomeada, por falta de pão, de carne, de sapatos, de carvão, de luz. A cidade do colonizado é uma cidade agachada, de joelhos, a chafurdar. É uma cidade de negros, uma cidade de ruminantes.

Como fundamenta o autor, a guerra colonial e as perturbações mentais, reforça que “teremos de curar, durante muitos anos, as feridas múltiplas e às vezes indeléveis infligidas aos nossos povos pela ruptura com o colonialismo.” (Fanon, 1961, p. 262). O autor expressa a relação dos atores da pacificação e os sujeitos pacificados que apresentavam considerável incidência de fenômenos psiquiátricos, bem como transtornos de pensamento e comportamento. Referente a esse processo de patologização dos sujeitos colonizados, Fanon (1961, p. 262) nos diz:

A verdade é que a colonização, em essência, apresentava-se já como uma grande provedora dos hospitais psiquiátricos. Em diversos trabalhos científicos chamámos a atenção dos psiquiatras franceses e internacionais, desde 1954, sobre a dificuldade de «curar» correctamente o colonizado, isto é, de fazê-lo totalmente homogêneo num meio social de tipo colonial.

Como é uma negação sistemática do outro, uma decisão furiosa de privar o outro de qualquer atributo de humanidade, o colonialismo leva o povo dominado a perguntar-se constantemente: «*Quem sou eu na realidade?*» (Fanon, 1961, p. 263).

No período de colonização não impugnada pela luta armada, quando a soma de excitações nocivas passa um certo limite, as posições defensivas dos colonizados desmoronam-se e estes chegam em grande número aos hospitais psiquiátricos. Existe, pois, nesse período tranquilo da colonização triunfante uma patologia mental permanente e regular produzida diretamente pela opressão (Fanon, 1961, p. 263-264).

(...) psiquiatria clínica reúne os diferentes transtornos apresentados pelos nossos enfermos debaixo da rubrica «psicoses reactivas». Ao fazê-lo, dá-se maior importância ao acontecimento que desencadeou a enfermidade mesmo que, aqui e além, se mencione o papel do terreno em que se produz (a história psicológica, afectiva e biológica do sujeito) e do meio (Fanon, 1961, p. 263-264).

A noção de saúde, e a saúde mental em si, constrói-se a partir de valores simbólicos expressos na transmissão transgeracional da história dos corpos nos espaços sociais (Oliveira,

2020). Para a contextualização no campo da saúde mental, é importante enfatizar que a consolidação na psiquiatria no Brasil teve seu início marcado pelo ideal eugenista, a partir da hegemonia do racismo científico, cujos reflexos permanecem até os dias atuais. Como dialoga Tavares et al. (2020), a crença de que pessoas negras seriam essencialmente inclinadas à violência, à alienação (loucura), além de inferiores intelectual e moralmente contribuiu para que a psiquiatria, ao interpretar o sofrimento gerado pelas péssimas condições sociais da época como patologias, reduzisse ao funcionamento individual os processos de adoecimento e “cura” nesta população.

Esse deslocamento de responsabilidade da sociedade para o indivíduo fazia parte do esforço de apagamento da história de escravização e impedia a identificação do racismo como determinante na saúde física e mental da população negra (Tavares et al. 2020, p. 141). Portanto, o racismo age na maior parte das vezes, primeiramente, na saúde mental, ou campo sensível dos sujeitos, produzindo sofrimento psíquico, ou melhor, moendo a subjetividade (Santos, 2019, p. 44). No entanto, não devemos individualizar essa vivência apenas utilizando diagnósticos psiquiátricos, é preciso analisar criticamente a partir do campo ético-político, de modo que o diagnóstico não reduza os impasses produzidos pelo racismo à nomeação biomédica, assim, mascarando a vivência de violência.

A psiquiatra e psicanalista Neusa Santos, traduz com a violência psíquica do racismo no Brasil que, conforme diz Oliveira (2020), rompeu a lógica burguesa da psicanálise embranquecida no país ao trazer relatos de pessoas negras em sua obra. Para Neusa Santos Souza (1983), escutar a fala dos negros que sofrem a violência do racismo (físico e psíquico), transforma suas falas em diálogos. Essa afirmativa conflui com o objetivo da pesquisa em dar escuta à voz de mulheres negras em situação de rua, através de um espaço de diálogos, e fazendo ecoar as vozes negras silenciadas na estrutura social.

4 CAMINHOS E ENCRUZILHADAS NO PERCURSO METODOLÓGICO

Segundo os cânones da ciência ocidental moderna eurocentrada (Quijano, 2005; Lugones, 2008; Mignolo, 2009; 2013), este estudo pode ser considerado como de natureza qualitativa, cujo objetivo foi compreender as expressões do racismo presente nas narrativas de mulheres negras em situação de rua, atendidas pelo Consultório na Rua (eCnaR) de Manguinhos, na cidade do Rio de Janeiro.

Inicialmente, foi realizada uma abordagem exploratória para ancoragem e fundamentação conceitual sobre os sentidos da rua em uma perspectiva afrodiaspórica, assim como a dinâmica do racismo em suas diferentes expressões no cotidiano da população em situação de rua. Esse caminho foi pavimentado a partir do recorte de gênero e raça, sendo notado que poucas são as produções bibliográficas que abordem questões que envolvam as mulheres negras no contexto da rua.

Os objetivos suleadores desse estudo envolveu a) identificar a percepção das mulheres negras em situação de rua sobre as expressões do racismo em seu cotidiano; b) relacionar as expressões do racismo e o sofrimento narrado pelas mulheres negras em situação de rua do território de Manguinhos; c) ofertar um espaço de escuta acolhedora para mulheres negras expressarem suas vivências da rua no território da zona norte do Rio de Janeiro.

A imersão neste território se deu a partir da atividade de campo prevista na pesquisa *“Marcador social de raça, acesso e cuidado à população negra em situação de rua na APS - em busca de formas colaborativas de produção de ‘saber-intervenção’ contra o racismo”*, integrante da Rede de pesquisa com foco na Atenção Primária do Programa de Políticas Públicas, Modelos de Atenção e Gestão à Saúde, da Vice-Presidência de Pesquisa e Coleções Biológicas da Fundação Oswaldo Cruz (Rede PMA/VPPCB/FIOCRUZ), na aposta de viabilizar as condições para a inserção de marcadores raciais e do racismo na agenda da gestão pública e no cuidado em saúde na Atenção Primária em Saúde (APS).

É importante dizer que a integração com a equipe de Consultório na Rua (CnaR) possibilitou observação das dinâmicas no processo de trabalho, no território da Maré e Manguinhos (RJ), identificando as potencialidades e fragilidades no cuidado em saúde e, sobretudo, permitindo acessar essa população que é colocada socialmente ‘à margem’. Encontro nas palavras de Oliveira (2021, p. 103) a verdadeira expressão do que senti ao iniciar o campo: “acompanhar o cotidiano da equipe do CnaR naqueles territórios significou entrar em contato com uma diferente forma de estar no mundo.”

Após o início da observação de campo, me senti convocada a ter um olhar mais sensível e atento aos corpos das mulheres negras que tem a rua como seu espaço de resistência e (re)existência, em que estabelecem um dinamismo em suas relações cotidianas. Para conseguir observar essas formas de relações estabelecidas de um outro lugar, rompendo com a hegemonia da ciência e não partindo da cientificidade com modelo e normas a serem seguidos na realidade ocidental da academia (Minayo, 1999), a escrevivência foi considerada como ponto de partida para elaboração deste percurso metodológico.

O termo criado por uma das vozes mais importantes da literatura brasileira, Conceição Evaristo, que surge no jogo de palavras entre escrever, viver e ser. Assim, permite uma escrita que abarque minha vivência pessoal e coletiva, que surge na investigação do entorno. Por definição, a escrevivência é como “um profundo incômodo com o estado das coisas. É uma escrita que tem, sim, a observação e a absorção da vida, da existência” (Evaristo, 2020, pg. 34). A escolha por trazer a experiência do campo nesta escrita acadêmica, a partir da escrevivência, permite expressar minhas vivências, o meu estar e o meu sentir, sobre as dinâmicas vulnerabilizadoras identificadas nas narrativas de mulheres negras. Ao passo que se oferece outras formas de abordagem metodológica, Felisberto (2020) destaca o lugar da escrevivência como um operador teórico, sendo uma possibilidade de interferência em primeira pessoa.

Conceição Evaristo (2020) nos mostra que a escrevivência se expressa como um ato de escrita das mulheres negras que surge no intuito de romper com o apagamento imposto ao corpo e à voz dessas mulheres ao longo da história. Conforme aborda Pimenta *et al.* (2021), é um meio canalizador da voz de uma mulher afro-brasileira periférica que decidiu ir além da mulata, da doméstica e da mãe preta para “ressignificar o seu lugar” e de suas semelhantes, enquanto um movimento necessariamente coletivo.

A escrevivência marcadamente carrega, assim, uma dimensão ética ao propiciar que a autora assuma o lugar de enunciação de um eu coletivo, de alguém que evoca, por meio de suas próprias narrativa e voz, a história de um “nós” compartilhado (Soares; Machado, 2017). Nas palavras de Conceição Evaristo: “*A nossa escrevivência não pode ser lida como histórias para ‘ninar os da casa grande’ e sim para incomodá-los em seus sonos injustos*”¹⁴.

¹⁴ Acesso no site *Nossa Escrevivência*: <http://nossaescrevivencia.blogspot.com/>.

4.1 TRAJETÓRIA DE CAMPO

O campo de pesquisa, junto a equipe do Consultório na Rua de Manguinhos (CnaR Manguinhos), se deu semanalmente e ocorreu no período de 10 de fevereiro a 01 de julho de 2022. Nossos encontros foram divididos em dois momentos: um logo no início da manhã, ainda na Clínica da Família, para organização das saídas ao território ou reuniões importantes no dia e, posteriormente, o momento de análise das demandas externas elencadas por prioridades (como exemplo, a busca ativa de casos de Tuberculose ou pessoas com outras comorbidades; pacientes internados em unidades hospitalares, ou visitas as cenas de difícil acesso para avaliação da população local). Esta organização, além de contribuir para o diário de campo, foi fundamental para se pensar estrategicamente a assistência a ser prestada, de acordo com a necessidade ou demanda do território.

Quanto ao território, foi selecionado este dispositivo de cuidado da Atenção Primária à Saúde (APS), o CnaR, a qual me propus a lançar um olhar e escuta para as mulheres negras que transitam nas cenas de uso¹⁵¹⁶ na Área Programática (AP) 3.1, sendo esta a terceira região mais populosa da cidade do Rio de Janeiro¹⁷. As áreas programáticas (APs) tem suas particularidades em função da história e evolução da ocupação da cidade, determinando características regionalizadas com relação à atividade econômica, mobilidade, serviços de saúde, educação, formas de adoecimento e mortalidade (PMS-RJ, 2013, p. 20)¹⁸.

Os encontros com essas mulheres negras no território da rua coincide, em alguns momentos, com o que Silva et al. (2015) afirma sobre as cenas de ocupação, que se dão: “na linha do trem, nas vielas, nas avenidas principais. Nelas são encontradas pessoas dormindo,

¹⁵ São espaços urbanos (cenas) ocupados por um grande quantitativo de pessoas em situação de rua, muitas vezes chamado pelo nome de “*Cracolândia*”, quando atrelado tão somente à existência de pessoas que fazem uso abusivo de drogas nesses territórios localizados em pontos específicos da cidade. As chamadas ‘cenas de uso’ são consideradas uma afronta à garantia da segurança e ordem pública por parte de responsáveis do governo, que se utilizam de mecanismos punitivistas e de repressão afim de ‘restabelecer a ordem’, na tentativa de solucionar um problema estrutural de saúde pública.

¹⁶ Para Bastos e Bertoni (2014, Apud Gondim de Oliveira, 2021:31) utilizam o termo cenas de uso para designação desses espaços utilizados, com frequência e permanência variáveis, por grupos de pessoas para o uso não apenas do crack, mas também de outras drogas consideradas ilícitas.

¹⁷ De acordo com o Plano Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, realizado no período de 2014 a 2017, as Áreas Programáticas (APs) 3.1, 3.2 e 3.3 juntas se caracterizam como a área mais populosa da cidade do Rio de Janeiro (37,9%), sendo que metade dos moradores de favelas vive nessa região (p. 21). Segundo a distribuição da população na AP 3.1 (IBGE; IPP; SUBPAV), esta região é a terceira mais populosa da cidade do Rio de Janeiro (PMS-RJ, 2013).

¹⁸ O Plano Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (PMS) é um que documento que expressa a identificação das necessidades de saúde da população carioca e os avanços efetuados, no período 2009-2013, através do grupo de trabalho multidisciplinar com representantes das cinco subsecretarias que compõem a Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro e conduziram o processo de confecção do PMS em comitância com a discussão e a elaboração do Plano Plurianual 2014-2017. Disponível em: http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/3700816/4128745/PMS_20142017.pdf.

trabalhando com venda e coleta de lixo, utilizando drogas, fazendo higiene pessoal, alimentando-se etc”, ou seja, diferentes dinâmicas sobre o viver nas ruas.

Ao adotar a observação participante para o acompanhamento das dinâmicas de trabalho nas ações territoriais e levantamento de informações, concordamos que esta “*pressupõe convívio e intercâmbio de experiências primordialmente através dos sentidos humanos: olhar, falar, sentir, vivenciar, experimentar*” (Moreira, 2013). Deste modo, através do contato direto, a observação participante:

estabelece relações informais entre os sujeitos observados e o pesquisador, que lança mão de recurso variados para a coleta e análise de informações e dados (Moreira, p. 519, 2013).

Assim, a proposta da observação participante possibilitou a aproximação com as histórias de mulheres negras que vivenciam o estar nas ruas, sendo esta uma ação preparatória para a posterior realização de uma oficina/roda de conversa, visando a construção de vínculos com as participantes convidadas. Ao longo do período de campo, a principal forma de memorizar as informações vivenciadas a cada encontro e a cada escuta ofertada com a chegada da equipe de pesquisa nas cenas de uso, foi através dos registros em meu diário de vivências e memórias.

A partir dessa vivência, questões sobre os enredos de vidas precarizadas fizeram circular em nossos encontros, tendo o protagonismo das mulheres negras em situação de rua como ponto central nesta ação. Desse modo, foi possível desenhar o que viria a ser a proposta da atividade para essas participantes nas reuniões mensais realizadas entre a equipe de pesquisa e equipe do CnaR de Manguinhos, dialogada para o desenvolvimento do encontro sob múltiplos olhares.

Nomeio este encontro como xirê de vivências e memórias. Xirê é uma palavra de origem iorubá que significa roda e é algo muito presente em vivência dentro do espaço de terreiro de candomblé – religião de matriz africana – em que somente mulheres vão ao centro do barracão¹⁹, interagem e dançam para cada cantiga dos dezesseis principais orixás (forças da natureza) cultuados no Brasil. Esta troca, com os movimentos de dança e cânticos aos orixás, é o elemento central que precede o início das festividades litúrgicas no terreiro.

A oferta deste ambiente acolhedor foi realizada em outro dispositivo de cuidado do território, o Espaço Normal²⁰, localizado na favela da Maré (RJ), onde contamos com a

¹⁹ Espaço destinado as cerimônias litúrgicas das religiões de matriz africana.

²⁰ Espaço de Referência sobre Drogas na Maré, localizado na favela da Maré (RJ), foi inaugurado pelo Redes da Maré, sendo o primeiro espaço de referência sobre drogas e saúde mental em um território de favela, desde maio de 2018. Disponível em: <https://www.redesdamare.org.br/br/info/71/espaco-normal>.

participação de duasicineiras, profissionais da arte e educação, que se implicaram na mediação da ação, a partir de suas metodologias de acesso as subjetividades - como o samba e a dança afro – e permitiram o protagonismo das participantes neste xirê de vivências. Através da arte, expressão, música, dança elementos que envolvem o diálogo com o corpo, aposta-se que associar à arte como parte do processo de produção emancipatória de saúde, é possível propor estratégias de ressignificação e transformação de realidades.

Assim, foram incluídos estes elementos disparadores do diálogo, em que a noção de corpo surge a partir do movimento e da fala, produzidos a partir da concepção coletiva, ancestral e afrodiaspórica do corpo negro. A intenção do espaço para partilha e coletividade foi potencializar o diálogo a partir da subjetivação da vivência do corpo negro feminino em situação de rua, suas vulnerabilizações e riscos cotidianos, historicamente enredados, que conformam a situação de saúde/doença.

Neste xirê de vivências os depoimentos orais foram coletados e gravados por uma fotógrafa e *videomaker*, mulher negra, que, com tamanha sensibilidade, obteve registros primorosos da interação entre os corpos de mulheres negras no espaço. Segundo Moreira & Lima (2015), tais registros são importantes pois “permite registrar a experiência de um indivíduo ou de vários de uma coletividade, objetivando captar (oralmente) tradições, mitos, narrativas, crenças existentes, simbologias”.

As questões disparadoras nesse encontro viabilizou o aprofundamento das percepções sobre as formas de expressões do racismo no cotidiano de vida das participantes, concedendo caminhos para análise e compreensão final das questões levantadas na pesquisa e ao longo dela, a partir das narrativas vivas de (sobre)vivência das mulheres que estão em situação de rua.

Por fim, vale ressaltar que durante o trabalho de campo foi mencionado sobre possíveis incômodos que poderão ser despertados pela participação no estudo, sendo concedido o direito a cada mulher em aceitar ou recusar sua participação em qualquer momento da realização do encontro.

4.1.1 Considerações Éticas

De acordo com as normas estabelecidas pelo Comitê de Ética da Escola Nacional de Saúde Pública, e conforme especificado no Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) assinado pelas participantes, foram preservadas as identidades das pessoas entrevistadas na produção desta pesquisa. O TCLE foi disponibilizado em duas vias: uma para a participante e

a outra para equipe de pesquisa, contendo o local destinado à inserção das rubricas do pesquisador e do participante, além de páginas numeradas para manter a integridade das informações contidas no documento. O modo de registro da entrevista com fotografia e gravação de vídeos foi explicado e conversado com cada um das participantes antes do início da atividade no Espaço Normal, sendo enfatizado que em caso de qualquer desconforto, a participante poderia descontinuar a atividade sem quaisquer prejuízos.

Para manter o anonimato, foram selecionados o nome das mulheres presentes no livro *Insubmissas Lágrimas Mulheres*, de *Conceição Evaristo*, que narra a história de vida de treze mulheres negras e periféricas que sobreviveram a dura realidade em seu cotidiano, sobrevivendo ao racismo, ao machismo, a violência doméstica, ao estupro e tantos outros atravessamentos que tornam a vida mais difícil de suportar. O encontro com este livro provocou uma mistura de raiva, afeto, descontentamento e desilusão, ao mesmo tempo que me impulsionava cada vez mais continuar a leitura e conhecer mais de perto da vida de cada uma das personagens. Esta obra traz muita semelhança nos casos das mulheres que circulam no serviço de saúde mental em que atuo.

Em *Insubmissas Lágrimas*, as mulheres negras são protagonistas e narram sua própria história com riqueza de detalhes, manifestando a resistência feminina em suas escrituras. E, ao realizar o encontro com as mulheres, além da observação e escuta atenta à experiência no espaço-tempo, me vi nas palavras de Conceição, quando menciona em seu prefácio:

o comprometimento (ou o não comprometimento) entre o vivido e o escrito aprofunda mais o fosso. Entretanto, afirmo que, ao registrar estas histórias, continuo no premeditado ato de traçar uma escritura.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1 NARRATIVAS VIVAS: A RUA COMO (SOBRE)VIVÊNCIA

A essência do trabalho se encontra neste capítulo, pois é fruto do mergulho nos espaços da rua onde os encontros com mulheres negras se deram. Aqui me debruço sobre os diálogos com mulheres negras em situação de rua, a partir dos encontros construídos no decorrer de minha passagem pelas cenas de uso²¹, assim como outros ambientes do cuidado em saúde como Consultório na Rua, Unidades de Pronto Atendimento e o Espaço Normal, dispositivo de cuidado no território próximo as cracolândias/cenas de uso, durante a pesquisa de campo.

Minha chegada ao campo junto a equipe do Consultório na Rua (CnaR) Jacarezinho se deu numa quinta-feira, um dia bastante abafado, como de costume no Rio de Janeiro. Sigo em direção à Clínica da Família (CF) Victor Valla, local onde a equipe fica alocada. Chego bem cedo, a equipe estava se organizando para as saídas (idas ao território), o que me pareceu interessante ao observar a organização dos cuidados prioritários sendo elencados pelas cenas de uso. Neste primeiro dia, a equipe nos apresentou as cenas que se encontravam ao redor da clínica da família. Caminhando pela rua, no sentido da avenida principal, já era possível avistar algumas pessoas dormindo em frente aos estabelecimentos que estavam fechados. Seguimos o curso, pois a equipe estava na busca de uma gestante que não estava fazendo o acompanhamento do pré-natal. Fomos até o espaço onde se tinham ‘cabaninhas’ feitas com todo tipo de material possível, madeira, tapumes, isopor, tapetes, pedaço de porta de guarda roupa, espelhos, lâmpadas e até pinturas em quadro. Ou seja, tudo o que era encontrado no lixo urbano tinha um ressignificado para quem fazia do espaço vazio o seu lar. A abordagem da equipe era sempre respeitosa: “bom dia, tudo bem?”, “dá licença, posso entrar?”, “podemos dar uma palavrinha com você?”, e o retorno das pessoas geralmente era positivo. E se um ou outro não se encontrava em melhor estado, a equipe com um fino olhar clínico, fazia alguma intervenção necessária. Bem, voltando à busca ativa, encontramos a gestante... entre ela e a equipe há uma montanha de lixo com odor fétido, moscas e um rato morto por cima daquele monte. De primeiro momento estranhei a naturalidade da jovem nos atender naquele cenário, e depois fui percebendo certo desconforto dela em querer falar conosco. A situação era delicada, pois a jovem não estava tratando do HIV há um tempo e a gestação sem os devidos cuidados, aquele

²¹ Neste caso, me refiro a cenas de uso como os pequenos territórios no cenário urbano, com grupamento de pessoas que, dentro de suas organizações de vida, mantem relações no espaço coletivo da rua. Para OLIVEIRA (2022, p.120), “falar de cada uma cenas de usos é abordar suas diferenças, é olhar os sujeitos que as compõem, mas, principalmente, considerar a diversidade de condutas dos profissionais de saúde”.

já seria seu quarto filho, os outros estavam sob cuidado da avó, disse a jovem. A equipe tenta sensibiliza-la para ir até a clínica (CF) fazer uma melhor escuta e ofertar um acompanhamento mais afinado no cuidado. Houve certa resistência, mas deu sua palavra que iria até o consultório e caso ela não aparecesse naquela semana, a equipe poderia ir “perturba-la” novamente na cena. Ela sorriu, garantiu que iria até a clínica, e agradeceu por eles [CnaR] se preocuparem com ela. Seguimos a caminhada na viela na busca de outro caso delicado, este por abandono do tratamento de tuberculose.

Nesta minha primeira chegada ao dispositivo de cuidado que faz a prática de saúde em ato, percebi o quanto é verdadeiro a fala da gestante quando ela agradece por se preocuparem. A produção de cuidado se dá em ato, a partir do acesso ao território pessoal de cada indivíduo, se dá no encontro, no diálogo e escuta. Esse cuidado é singular. Assim, como enfatiza Oliveira (2021): “são várias formas de se estar nas ruas, de estar nas cenas de uso, assim como são várias as formas de estar no mundo”.

A experiência no campo possibilitou muitos encontros e trocas nas ruas, mas para esta pesquisa elenquei os encontros com mulheres negras que me convocaram à reflexão e ressignificação de sentidos sobre o feminino negro e a rua. Narrativas vivas: a rua como (sobre)vivência é o nome que me surgiu a partir destes encontros profundos, que são narrados por mulheres negras no contexto de vida (vivas), em que narram sobre suas vivências e experiências na rua, lugar onde muitas vezes sobrevivem.

No primeiro momento: *A clínica do afeto na rua*, início com uma cena descritiva da minha vivência pessoal junto à equipe do CnaR em meu período de graduação, cujos os detalhes permitem elucidar a produção de sentidos e o cuidado na rua. No segundo momento: *Por acaso eu não sou uma mulher?* apresento o encontro com uma mulher negra em situação de rua que expressou alguns questionamentos relacionados a leitura sobre o corpo negro na sociedade. No terceiro momento: *Xirê de vivências e memórias*, tendo a musicalidade e a dança como dispositivo reflexivo no encontro, apresento fragmentos dos diálogos sobre as percepções de mulheres negras, racismo e o estar na rua.

5.1.1 A clínica do afeto na rua

Esta escrevivência remete ao meu primeiro encontro com o cuidado na rua, onde trago relatos contido em meu diário de campo feito no período da graduação de enfermagem na UFRJ, no ano de 2013, como bolsista do Programa de Educação pelo Trabalho para Saúde (PET) – Saúde/Saúde Mental/Crack, vinculado ao Instituto de Psiquiatria da UFRJ, que representou uma importante experiência de formação, articulando o campo da prática em saúde mental à pesquisa e ao ensino. Deste modo, foi possível experienciar as vivências do processo de trabalho junto à uma equipe de Consultório na Rua (CnaR) do Jacarezinho, na Clínica da Família (CF) Anthidio Dias da Silveira²², no ano de 2013/2014.

Nos primeiros encontros em que estive junto ao CnaR prestando cuidado com a população em situação de rua, o estranhamento me invadia. Sentia muito incômodo de ver as condições precárias que as pessoas se encontravam, sobretudo os corpos pretos e periféricos que ocupavam esses territórios vulneráveis, como as ferrovias, viadutos, praças, locais com acúmulo de lixo, entre tantos locais que visualmente provocava um choque de realidade.

Nesse período, muitos foram os territórios em que circulei com a equipe do Consultório na Rua, com destaque para: a *Casa das Primas*, *Bairro Carioca*, *Chupa Cabra* e *Bandeira 2*, locais em que observava maior número de pessoas em situação de extrema vulnerabilização, sendo composto pela população cada vez mais jovens e até mesmo núcleos familiares completos ocupando o espaço das ruas.

Dentre as ações de cuidado em saúde realizadas nas cenas de uso, destaco a saída externa para comunidade *Bandeira 2*, no bairro de Del Castilho – RJ, vez em que nos direcionamos para realizar busca ativa de usuários que abandonaram o tratamento de tuberculose. Esse era o objetivo inicial, embora o percurso nas ruas nos levasse para outros pontos de atenção e cuidado.

O dia está ensolarado, as obras na via ocasionam um trânsito no caminho. A Kombi branca estaciona entre uma viela e um muro branco desnivelado. Chegamos ao destino. Olhei em volta e pensei que destino estava se tratando, já que a única movimentação na rua eram apenas alguns transeuntes que suponho estar a caminho do trabalho. Todos os profissionais descem do veículo e seguem na direção a um longo, velho e sujo muro, cheio de lixo. Era o

²² A Clínica da Família Anthidio Dias da Silveira, foi inaugurada em 29 de junho de 2011 e passou por um processo de revitalização, visto que a unidade se localiza em uma das áreas de maior consumo de droga da cidade do Rio de Janeiro, na comunidade do Jacarezinho/RJ. Disponível em: <http://www.otics.org.br/estacoes-de-observacao/rio-saude-presente/clinicasdafamilia/clinicas-da-familia-inauguradas/ap-3.2/clinica-da-familia-anthidio-dias-da-silveira>.

muro da estação de trem, a qual a linha Del Castilho passava. Ao passo que seguíamos, avistei uma parte deste muro quebrada, formando um buraco bastante irregular e nele percebo um entra e sai de pessoas diversas. E nós assim fizemos, passamos pelo ‘furo’ no muro e fiquei impressionada com o que vi: muitos corpos negros. Eram homens, mulheres, a maioria de jovens, embora também tivesse a presença de idosos e crianças, que transitavam livremente de diferentes formas, em meio ao lixo e barracos de madeira.

Ao passar pelo buraco, vejo o aglomerado de pessoas e rapidamente observo o dinamismo das relações cotidianas estabelecidas na extensão da linha de trem. Com esta cena, recordo do fragmento do texto de Lima Barreto que, através de seus relatos, descreve o que estava sob seu campo de visão, quando foi internado em 25 de dezembro de 1920, no Pavilhão de Observação, na secção Pinel:

Devido à pigmentação negra de uma grande parte dos doentes aí recolhidos, a imagem que se fica dele, é que tudo é negro [...]. O negro é a cor mais cortante, mais impressionante; e contemplando uma porção de corpos negros nus, faz ela que as outras se ofusquem no nosso pensamento. É uma luz negra sobre as cousas, na suposição de que, sob essa luz, o nosso olhar pudesse ver alguma cousa [...] (Barreto, p. 168).

Lima Barreto traz em sua narrativa a estranheza desses encontros no manicômio, visto que o mesmo era um homem negro que a todo momento se percebia em cada corpo presente no manicômio. O encontro nesta cena de uso causou incômodos em ver o aglomerado de corpos negros, e sobretudo os corpos de mulheres negras que eram muito expressivos nesse local.

O dinamismo no local provocou um encontro inesperado que trouxe um gosto amargo na boca e um nó na garganta. Memórias da infância me tomaram o pensamento assim que avistei Shirley Paixão, uma menina que brincava comigo na infância. Crescemos na mesma rua, brincávamos e brigávamos por muitas tardes nas ruas da favela do subúrbio carioca. Naquele momento vi Shirley Paixão, uma mulher negra com muitas marcas no corpo e o olhar de menina, daqueles olhares fixos que parece ter medo e coragem na mesma proporção. Esse movimento me provocou alguns incômodos em muitos lugares, sobretudo a permanência do sentimento de angústia diante da situação e não saber muito bem como chegar, como falar, o que fazer, ao mesmo tempo que algo me movia para chegar nela: o afeto.

Shirley se encontrava emagrecida, com uma cicatriz de cesárea na região abdominal, rosto pálido, olhar sem brilho, na mão direita segurava o cachimbo para o uso de crack. Nesse momento não adiantou recorrer aos conhecimentos teóricos, pois Shirley se apresentou nitidamente envergonhada e muito receosa em ter me visto. Enquanto eu caminhava sob o

monte de terra batida estreita até o barraco em que ela entrou, passava em minha mente uma retrospectiva da infância, como um filme, onde o final eu não saberia contar. Por sorte, havia outra mulher no mesmo barraco que facilitou nosso diálogo, já que Shirley ficou bastante resistente em querer o contato com a equipe. Shirley passou o cachimbo para que esta moça pudesse guardar, e só depois projetou seu corpo para fora do barraco para me dar atenção.

Múltiplas formas de cuidado se estabelecem neste terreno árido, que foi florescendo com nossa troca em diálogo. Arregacei as mangas do jaleco e agachei na mesma altura em que ela estava sentada. A demanda de Shirley era a escuta. Foi dizendo sobre toda dureza em que vivia e, entre risos e suspiros, resgatou memórias de nossos tempos de infância. Perguntou como estava sua tia, quem cuidava dela na época, e quis saber notícias de pessoas do território com quem tinha afeto. Se emociona com essas lembranças e seu semblante muda ao retornar até sua realidade na cena de uso. Shirley Paixão não direcionava seu olhar ao meu, disse que não queria que eu a visse daquele jeito. E continua, com riso envergonhado: *“mas que bom que você veio falar comigo!”*.

Quando pergunto como está sua saúde, aponta para a barriga e refere sobre as dores que sentia no baixo ventre e na região da cicatriz no abdômen. Tento sensibiliza-la para que pudéssemos ir até a Clínica da Família ter uma melhor assistência. Recusou no momento, mas garantiu que iria na CF em outro momento. Sua demanda era a escuta e uma atenção necessária para quem precisava transbordar tantas dores das marcas que carregava no corpo em poucos anos de vida. Essa cena, movida pela clínica do afeto, me marcou profundamente e nos olhos marejados dessa jovem mulher negra, pude compreender a urgência de trazer ao debate os processos de adoecimento que podem acometer mulheres negras em situação de rua.

5.1.2 Por acaso eu não sou uma mulher?

Esta escrevivência mostra o encontro com Rose Dusreis, uma mulher negra de pele reluzente como a noite, que ao sentir-se mal e desmaiar na rua foi para unidade hospitalar e o motivo da chegada da equipe era para fazer uma alta hospitalar da forma mais cuidadosa possível. *Por acaso eu não sou uma mulher?*²³ vem do encontro com uma mulher negra que traz em sua história de vida um leque de possibilidades para um corpo feminino negro, que foge de padrões em que a população negra é colocada socialmente.

No fim da manhã de quinta-feira, a equipe de consultório na rua se desloca para a UPA do Complexo do Alemão para articular a alta de Rose Dusreis, mulher negra, de pele bem pigmentada, de 54 anos, mas aparentava ter bem mais idade, estatura de quase 1,80m e bastante emagrecida. Não possuía roupas consigo, apenas o avental que a unidade forneceu. Relatou estar envergonhada e muito desconfortável por estar sem roupas adequadas para nos receber, seu corpo se comprimia no leito. Sua pele tinha o brilho da cor da noite que reluzia com o reflexo da luz ambiente com suas paredes frias. Rose Dusreis, com seus olhos marejados e distantes, estava com sentimento de desesperança em relação a sua saída da internação. Não é para menos, estar de alta hospitalar e não ter definido um lugar para onde ir, nos mostra o que está destinado socialmente para esta mulher negra: um não lugar no mundo.

Para Santos et al (2014, p. 24), as ideias de raça e de gênero estão presentes em diferentes experiências da vida social: nas distribuições de recursos e poder, nas experiências subjetivas, nas identidades coletivas, nas formas culturais e nos sistemas de significação. No cotidiano brasileiro, raça e gênero sedimentam e estruturam não só desigualdades socioeconômicas, mas também simbólicas e culturais, relativas às mulheres e aos negros.

Assim que a equipe do Consultório na Rua (CnaR) chega à UPA, Rose abre um sorriso largo e, em meio à toda frustração que parecia sentir, diz: *“Agora sim! Meus meninos vão me ajudar, vocês são enviados de deus!”*. Diante da demanda em ver alguma possibilidade de acolhimento após a alta hospitalar, a equipe do CnaR começou suas articulações na rede de assistência, e também a tentativa de contato com os filhos da paciente. Em meio todo processo de trabalho que estava sendo feito, Rose se manteve quieta e observando toda a movimentação. Por receio de ter que voltar para a rua, começa a se lamentar e se emociona dizendo o quanto

²³ *Por acaso eu não sou uma mulher*” faz menção ao discurso proferido pela ativista Sojourner Truth nos Estados Unidos, em 1851, que deu nome a um dos livros de *bell hooks*.

se sente triste por estar sendo rejeitada pela família e pelos locais que já ficou abrigada, diz que não a aceitam por “*ter aprontado muito*”, relata Rose Dusreis com uma expressão entristecida.

Começamos a conversar sobre outros assuntos, e pergunto o que a levou para as ruas? Seus olhos vibrantes e penetrantes pareciam estremecer. Ela respira bem fundo, me olha com firmeza e suspira dizendo: “*ah minha filha, se eu soubesse que amar doía tanto...*”. Faz uma pausa respirando profundamente. Eu também estremei, achei que pudesse ter sido indelicada por tocar em um lugar o qual não fosse confortável para a conversam e digo que não precisava falar se não quisesse. Porém, o diálogo foi iniciado, Rose Dusreis começou a falar começou a falar sobre sua vida, suas dores e como chegou a ficar em situação de rua, falou também da construção de sua casa própria junto com seu esposo e a criação dos três filhos. Rose disse que era muito feliz “*mesmo com os problemas que se tinha*”, foi casada por 30 anos e vivia muito bem na Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro. Após o falecimento de seu marido, relata ter ficado sem chão. Foi nesse momento que alguns “amigos” [*relatou fazendo movimento de aspas com as mãos*], tentaram ajudá-la, alguns a visitavam, outros ajudavam nos afazeres domésticos pois ela dizia não ter forças para nada. Foi numa dessas visitas que a droga lhe foi apresentada como forma de apaziguar as dores momentaneamente. Sem dizer especificamente alguma droga de sua preferência, prontamente Rose atribui que foi a droga [*substâncias psicoativas*] que a levou para “essa vida”, referindo-se à condição de estar em situação de rua, condição sobre a qual diz não desejar para ninguém. E, desde então, ela transita entre estar nas ruas, ficar na casa de seu filho ou de sua filha, chegando a ter passagem, inclusive em comunidade terapêutica²⁴, na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Ao passo que ia relatando, Rose também refletia sobre essas encruzilhadas sem um pouso. Como ela mesma disse: “*É aonde me aceitarem, né? Porque também não sou fácil minha filha*”, seguido de uma risada tímida.

Por vezes, Rose Dusreis dizia estar envergonhada por estar na unidade de emergência e pedia desculpas por estar dando trabalho à equipe. Relata que ficou desacordada na cena de uso até “um dos meninos” – referindo-se às figuras masculinas presentes na cena de uso – que a ajudou, enquanto outros pediam socorro. Vejo aqui o sentido de aquilombamento. A mobilização ocorrida no lugar de exclusão para que, o corpo da mulher negra de meia idade desmaiada tivesse visibilidade em meio a movimentação cotidiana da rua. O aquilombamento

²⁴As Comunidades Terapêuticas (CTs), são entidades privadas, sem fins lucrativos, que realizam o acolhimento de pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas. As CTs não integram o Sistema Único de Saúde (SUS) e tampouco o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/acessar-comunidades-terapeuticas>. Sua administração geralmente está ligada a movimentos religiosos, com maior destaque para iniciativas privadas vinculadas à fé católica ou evangélica. Disponível em: <https://itc.org.br/o-que-sao-comunidades-terapeuticas/>. Acesso em 15 jun 2022.

para que este corpo da mulher adoecida pudesse ser devidamente visto e cuidado. Como aponta Paixão et al. (2021), a partir do território em que estão inseridas, uma comunidade cria formas específicas de (sobre)vivência grupal.

Dado momento, provooco Rose Dusreis ao perguntar como tem sido o tratamento da equipe de assistência da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) durante aqueles poucos dias que estava internada. Prontamente nos diz que recebeu bom tratamento, exceto por uma médica que fez *“uma coisa muito feia, eu não gostei”*, disse. Ao perguntar o que a deixou aflita, Rose nos revela uma forma de racismo sofrido – sem nomear desta forma – no momento em que a médica do setor, ao fazer sua passagem de rotina na contagem de leitos, Rose Dusreis relata:

Ela chegou toda bonitona, entrou na sala e começou a contar as camas. Um...dois...quatro...cinco...eu falei: -psiu, a senhora me pulou!
Ela toda sem graça, disse que não me viu.
Mas, como ela não me viu se o meu leito é bem aqui, de frente para a porta de entrada, como que ela não me viu, me explica?

Este fragmento demonstra as microagressões que os corpos negros estão submetidos estruturalmente, seja no campo físico ou psíquico, deixando explícito a invisibilidade no cuidado em saúde, atravessado pelo racismo institucional nesta instituição hospitalar. Alves (2022) cita autores que indicam que: o componente racial também oferece uma base de dominação que está sempre presente nas organizações, ainda que silenciada (Nkomo, 2019). Sendo assim, o discurso racial foi construído para reforçar estereótipos negativos atribuídos para a identidade negra (Silva, 2009; Hall, 1992/2006). Devido à ação do racismo simbólico, os grupos de excluídos sempre terão sua humanidade ignorada (Jodhka et al., 2017). Ainda tomada com o fato de se sentir excluída, Rose Dusreis continua

As pessoas acham que porque eu fico na rua, estou sem roupas aqui, só porque vive na rua a gente não é ninguém? Pois saiba que sou uma pessoa muito culta.
Vou lhe contar uma história: certa vez fui convidada para estar num jantar na casa de gente bacana lá em Copacabana [região da zona sul do Rio de Janeiro], eu fui toda arrumada, porque eu sou fina. Um dos convidados chegou pra mim e começou a conversar sobre música, e eu? Eu conversei de igual pra igual sobre Ópera. Falei de Chopin, Bach, Antonio Vivaldi, Beethoven, Mozart...você sabe que o cara ficou me olhando com olhos arregalados e me disse: “nossa, você conhece mesmo, não imaginei que você gostasse de ópera”.
E por que será que ele achou que eu não saberia falar de um assunto culto? Será que é julgamento pelo lugar de onde eu vim? Ou será que o preconceito [apontando para seu braço, referindo-se a cor de sua pele] O que faz pensar assim? Eu sei que sou abusada né, porque eu sou fina, tá? [faz um olhar meio de lado para seus ombros e balança a cabeça olhando para si debaixo para cima]. Conclui dizendo: “eu só ouço música clássica e louvor [música evangélica], eu posso conversar até com o presidente, mesmo que as pessoas não acreditem!

As falas capturadas em nosso encontro me provocou inquietações, que foram desdobradas em duas vias de análise. Uma via de análise é esta mulher negra romper com a

projeção que define o seu lugar social a partir do seu conhecimento pelo gênero musical predominantemente branco e outra via de análise ser a partir do embranquecimento estético e cultural para se assemelhar ao branco.

A todo momento no diálogo, Rose Dusreis anuncia que mesmo ela sendo uma mulher negra, pobre e repetia nesse contexto *“porque eu sou fina!”*, o que parecia ser uma busca por outras formas de estar no mundo, ou seja, a forma culta - como ela referia - ao gostar de ópera. Sobre o gosto musical expresso por esta mulher, remeteu a um episódio²⁵ ocorrido em rede nacional com o rapper e ativista MV Bill, o qual sofreu racismo pela apresentadora Ana Maria Braga, quando em sua avaliação no programa de dança, diz: *“eu morro de inveja do pessoal... assim, que tem o samba no [movimentando o corpo], e eu achei que você tivesse sabe? Eu te admiro tanto, que a gente sonha com você, e é um negócio da música, que eu achei que ele tivesse a música incorporada no gingado da raça”*.

Diante do exposto, o rapper faz uma importante pontuação em resposta ao racismo sofrido abertamente na mídia, onde MV Bill pontua a insatisfação pelo critério racial adotado pelo júri: *“como se o fato de ser preto seria já uma garantia de que seria um ótimo dançarino. Não se pode usar um critério racial para avaliar ninguém, nunca”*. Nesta afirmativa do rapper desconstrói a ideia da cultura única atribuída a população negra, Schuman (2014, p.86), nomeia de racismo cultural, o racismo que justifica as hierarquias sociais com base numa ideia essencialista de cultura em que diferenças linguísticas, religiosas e de modos de vida de diferentes grupos são como inferiores ou inassimiláveis à cultura dominante. Nesse sentido, faz com que as pessoas duvidem, por exemplo, que Rose Dusreis, uma mulher negra em situação de rua, tenha algum conhecimento sobre ópera, gênero musical entendido como não pertencente à cultura negra.

A outra análise me remeteu a Frantz Fanon quando nos diz que o racismo despersonaliza o negro que persegue o embranquecimento estético e cultural. A busca pela pele branca é resultante da alienação gerada pelo colonialismo e seu modus operandi, que rebaixava o negro em sua subjetividade tornando-o sub-humano, convencendo-o de que seus saberes e costumes são inferiores e, demonstrando que os valores brancos/europeus devem ser o seu ideal.

Neusa Santos Souza considera que a ascensão social se fazia representar ideologicamente para o negro como um instrumento de redenção econômica, social e política capaz de torná-lo cidadão respeitável, digno de participar da comunidade nacional. Nos pensamentos de Florestan Fernandes, pontua:

²⁵ Este vídeo pode ser encontrado no youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=hZINanrH3b4>

Incentivos e bloqueios a esse projeto eram engendrados pela estrutura das relações raciais, que se comportavam de modo ambíguo - ora impondo barreiras, ora abrindo brechas à ascensão social do negro - mas que, dentro dessa ambivalência, cumpriam as mesmas e inequívocas funções de fragmentar a identidade, minar o orgulho e desmantelar a solidariedade do grupo negro (Souza, 2021, p.50).²⁶

Foi com a disposição básica de ser gente que o negro organizou-se para a ascensão, o que equivale a dizer: foi com a principal determinação de assemelhar-se ao branco - ainda que tendo que deixar de ser negro - que o negro buscou, via ascensão social, tornar-se gente (SOUZA, 2021). Portanto, a história da ascensão social do negro brasileiro é, assim, a história de sua assimilação aos padrões brancos de relações sociais.

²⁶ FERNANDES, F. A integração do negro na sociedade de classes (1º vol.). São Paulo: Globo, 2008 *Apud* SOUZA, 2021.

5.2 XIRÊ DE VIVÊNCIAS E MEMÓRIAS

Em um galpão localizado no território do Complexo da Maré, na cidade do Rio de Janeiro, o Espaço Normal, abriu as portas para as mulheres pretas em situação de rua das proximidades na região da Zona Norte do RJ. Com a parceria da equipe de Consultório na Rua de Manguinhos, foi possível circular com a van pela AP 3.1 em busca daquelas que, no momento da visita ao campo, demonstraram interesse em participar desta experimentação artística, subjetiva e potente, reunida com outras mulheres negras integrantes da pesquisa, com o fio condutor do encontro sendo: O que é ser mulher negra?

Tal qual no momento de uma festividade no candomblé, a roda que faz o movimento circular composto por mulheres é o que abre os caminhos para passagem! Abre caminhos com presença, com pertença, com o sentir. E assim se inicia o xirê das mulheres que ocupam as ruas em suas diversas e resistentes formas. Em círculo damos início aos trabalhos!

Deixando correr a gira, descrevo as grandes mulheres que estão à minha vista. No sentido horário, vejo uma jovem negra de baixa estatura, bem emagrecida, cabelos amarrados com um rabo de cavalo, olhos profundos de quem parece não ter dormido. Ao lado vejo Líbia Moirã, mulher negra de pele mais clara, cabelos encaracolados molhados sob o rosto, um copo de café na mão, sentada de pernas cruzadas agarrada na bolsa de couro combinando com sua sapatilha na cor marrom. A gira segue e me deparo com Lia Gabriel, mulher negra de pele bem pigmentada, tem um olhar distante e profundo, pernas cruzadas balança junto de sua saia longa marrom, suas mãos inquietas pairam sobre seu colo, enquanto sua sacola de papel está ao lado, no chão. Seguindo, há um trio de mulheres mais maduras que chegaram um pouco sonolentas, uma com cabelos por arrumar, outra com meia nos pés, sentaram ao lado de outras duas jovens negras, todas atentas às orientações informadas para início da oficina.

Após a rodada de apresentação de cada participante, a oficina se inicia com a música *Sorriso Negro*²⁷, canção de Dona Ivone Lara, mulher negra, compositora, cantora e instrumentista, que foi símbolo de raiz e ancestralidade para as novas gerações de sambistas. Dona Ivone Lara se dedicou exclusivamente ao samba a partir de 1977, depois de se aposentar das profissões de enfermeira e assistente social, com relevantes serviços prestados no Instituto de Psiquiatria junto a médica psiquiátrica Nise da Silveira. Daí em diante, Dona Ivone Lara

²⁷ A música *Sorriso Negro* (1981), composição de autoria de Adilson de Barro, Jorge Portela e Jair de Carvalho, simboliza no disco de Ivone Lara a expansão da voz do povo preto no álbum de mesmo nome, lançado no ano de 1981. A letra completa encontra-se no apêndice II deste trabalho.

revolucionou o universo machista do samba ao se tornar a primeira mulher na ala de compositores do Império Serrano²⁸.

Negro é a raiz da liberdade
 Sorriso negro
 Um abraço negro
 Traz felicidade
 Negro sem emprego
 Fica sem sossego
 E negro é a raiz da liberdade
 (...)
 Negro é uma cor de respeito
 Negro é inspiração
 Negro é silêncio, é luto
 Negro é a solidão

Negro que já foi escravo
 Negro é a voz da verdade
 Negro é destino, é amor
 Negro também é saudade
 (...)

Ao som das palmas todas ouvem a música, onde Líbia toma a iniciativa de se levantar para sambar no centro da gira e aquela energia contagia outros corpos que se sentem à vontade para se soltar e dançar livremente em meio a roda que se formou ao som da música tocada. É um momento de libertação, onde corpos de mulheres negras se veem livres e dançantes em meio a roda. Sutilmente, ao fundo quase que como um sussurro, Regina Anastácia cantarola com as mãos para o alto e um sorriso no rosto: “*Nêgo... um amigo negro, um abraço negro. Negro é a raiz da felicidade!*”. Ainda em roda, permitindo toda a gira circular deixando emergir as afetações de cada participante teve ao ouvir a música que Dona Ivone Lara compôs, a oficina I, aqui chamarei de Sol, pergunta o que elas acharam da música, Líbia expõe sua ideia:

negro sem dinheiro, sem emprego, ele não é ninguém. No passado os negros eram escravos, né? Esse preconceito ele já vem desde quando começou o mundo. Eles [pretos] já eram escravos. Preto, favela...sei lá, né? Trabalho. Vamo arrumar trabalho, e a música fala né: negro é a raiz da liberdade.

Diante das percepções de Líbia, a participante Regina Anastácia faz uma intervenção diante da reflexão exposta:

Eles são para ser livres. Eles têm que ser libertos como os brancos como os negros, sempre será livres. Como eles viveram dentro de uma senzala, presos como se fosse uma prisão tendo que ter a liberdade e não tinha porque os brancos julgavam por quê? Pela cor do negro.

²⁸ Disponível em: <https://www.donaivonelara.com.br/vida.php>

Líbia continua:

E tem uma piada que fala: Se você vê os brancos correndo não tá fazendo nada, né? Não interessa se ele tá descalço ou se ele tá de tênis, mas o negro pode até tá de gravata, mas se tá correndo é ladrão. Pega porque tá levando.

Sol faz uma intervenção expondo para as demais participantes na roda ao perguntar se elas concordam com que estava sendo exposto pelas duas integrantes. Nesse momento Regina Anastácia discorda: *“Não concordo, pra deixar eles presos não. Pra deixar na liberdade, sim”*. Sol, então reforça se as participantes concordam que as pessoas pensam desta forma exposta por Líbia e Regina Anastácia. Poucas mulheres presentes interagem neste momento, o diálogo segue entre as duas participantes:

Quando vê um branco correndo fala que tá fazendo cooper, mas se vê um preto correndo, pega que é ladrão! (Líbia)

É ladrão. É assaltante. É matador. É bandido. É assaltante. É tudo. Só porque é preto. Mas, eles não sabem o tanto que a cor de um negro que é capaz de lutar como eles lutaram pela liberdade pra serem livres. De saírem de uma senzala para parar de ser escravos. Então, os negros merecem viver na liberdade. (Regina)

Sol desenrola esse novelo tecendo as percepções entre as participantes que se manifestavam a partir da música selecionada para disparar a discussão, e então faz uma provocação: *“Então, pelo que eu percebi vocês prestaram bastante atenção na letra, né? Então assim a gente está falando da vivência das pessoas negras. Quem são essas pessoas? A gente está falando de quem nessa música?”*. As respostas foram as mais diversas entre as mulheres participantes:

“Dos negros.” (Líbia Moirã)

“Eu tô falando de todos nós, livres, libertos.” (Regina Anastácia)

“De todos nós.” (Sol, oficinaira)

“Como a cor do Marcelo”. [homem negro de tom de pele escura] (Regina)

“Qual é a cor dele?” (Sol, oficinaira)

“Negro. Raça: Negra!” (Regina Anastácia)

“E a sua? [cor]” (Sol, oficinaira)

“A minha cor... [deslizando a mão sobre os braços]

A minha cor, no meu documento, na minha certidão, eu sou parda. Mas, a minha cor... [afirma dando três tapas em seu próprio braço]

Eu me sinto negra! [Faz movimento de punho cerrado para o alto afirmando sua negritude]

Eu sou guerreira! Negra!” (Regina Anastácia)

Neste momento, todas as pessoas presentes aplaudem. Esta mesma participante continua sua reflexão:

Eu tenho sabe o quê? Um elogio, um amor pelos negros do que os brancos. Os brancos ‘acabou’ com a senzala porque os negros ... (fala acompanhada de gestos de briga, luta) arrancou eles daquele lugar. Graças a quem? Graças aos negros que lutaram pela liberdade - eles livres, se não, hoje em dia não ‘estaria’ negros no mundo e teria as escravidões como tinha. (Regina Anastácia)

Sol, a oficinaira, continua na gira do encontro, trazendo outra provocação aproveitando o recorte feito por Regina Anastácia:

Exatamente! Então vimos aqui, né, a música fala sobre nós, né. Sobre você, sobre Líbia, sobre Regina, sobre Lia... sobre todas nós. Correto?
E aí a música fala assim: “*Um sorriso negro, um abraço negro traz felicidade.*”
Quando a gente fala que um sorriso negro traz felicidade, a gente tá falando do quê?
(Sol)

Nesse momento as participantes ficaram um tanto dispersa e Sol convoca o retorno ao centro da roda com a seguinte frase: “*O que traz felicidade para você?*”. Houve um silêncio momentâneo, uma participante diz: “*A felicidade depende de cada um.*”, outras falas vinculadas aos sentimentos foram disparadas de modo alternado entre as participantes:

“Respeito traz felicidade.” (Líbia)
“Respeito traz felicidade?! Traz?” (Sol)
“Carinho!” (Regina)
“Carinho traz felicidade?!” (Sol)
“O amor é tudo...!” (Isaltina)
“Amor traz felicidade!” (Sol)
“Amar um a si próprio.” (Regina)
“Felicidade pra mim são os meus filhos.” (Saura Benevides)
“...os netos, os filhos, o carinho, o respeito, a educação, então, quando Dona Ivone Lara fala: ‘um sorriso negro, um abraço negro traz... felicidade’, ela tá falando do carinho de uma pessoa preta, do sorriso.” (Sol)

Este momento trouxe uma calorosa troca entre as mulheres, muito movida pelo campo do afeto. A oficinaira, fornecendo mais questionamentos que ajudam a desenrolar o novelo e tecer novas reflexões, traz um recorte da letra de Dona Ivone Lara, e canta: “*Negro sem emprego fica sem sossego, negro é a raiz da liberdade*”. Em seguida pergunta: “*Quantas coisas... quantas coisas tiram o sossego da gente?*”. E, de imediato, como se cada integrante pegasse uma ponta do fio do novelo e de modo alternado lançaram palavras no ar:

Muitas! O emprego, a vida. (Adelha Limoeiro)
O trabalho, a vida. (Natalina Soledad)
A sociedade que tira o sossego. (Isaltina Campo belo)
A discriminação deles não deixa as pessoas em paz. (Isaltina)
A falta de trabalho, a condição, a sociedade também.
O que você acha que tira o sossego da gente? [Sol pergunta]
O que que tira o nosso sossego? O preconceito. [responde Maria do Rosário]
O preconceito. A única coisa que tira o meu sossego é o preconceito pela minha cor, pelo jeito. Eu sou brasileira com muito orgulho e muito amor, mas o preconceito nunca deixou de existir, e nunca vai parar de falar ‘os brancos’. [Líbia Moirã apontando para o braço].
Eu sofro na minha pele o preconceito dos brancos pelos negros. (Maria do Rosário)

Permitir a circulação da palavra entre as mulheres, a partir das provocações na dinâmica do grupo, despertou algumas inquietações onde muitas puderam perceber as questões sociais que pudesse estar relacionada ao racismo. No tocante sobre como enxergavam os corpos

negros na atualidade, Adelha Limoeiro faz um questionamento provocador: “*A escravidão ainda existe ainda.*”, e Sol faz uma fala importante sobre a ancestralidade, momento este que antecede o convite para dança afro, que seria conduzido pela segundaicineira, que aqui chamarei de Lua. Com as afirmativas das mulheres, Lua afirma que a escravidão existe e pontua:

mas, os nossos antepassados não nos deixaram esquecer isso. Não nos deixaram perder o nosso orgulho pela nossa cor. Não nos deixaram perder a nossa cultura, porque a nossa cultura é a nossa identidade, é a nossa história. [...] Então, o samba, a capoeira, e tantos outros aspectos da nossa cultura como a dança faz com que a gente sempre se lembre dessa liberdade, da nossa ancestralidade, da nossa cultura que veio para cá [...].

Figura 1: Registro da oficina realizada no Espaço Normal, na Maré (RJ)



Fonte: próprio autor, 2021.

A dramaturga Leda Maria Martins, quando aborda sobre os modos de relacionamento entre os sujeitos e entre o humano e o cosmos, partindo da concepção do tempo espiralar (movimento de Exu, o que não é no padrão linear), nos dá a percepção de ancestralidade como princípio base e o fundamento maior que estrutura toda a circulação da energia vital (MARTINS, 2021, p. 62). A ancestralidade é clivada por um tempo curvo, recorrente, anelado; um tempo espiralar, que retorna, restabelece e também transforma, e que em tudo incide (Martins, 2021, p. 63).

Lua, a segundaicineira, aproveita o momento e convoca as participantes para dançar:

Vocês falaram sobre o espelho sobre se olhar no espelho e sentir orgulho, gostar do que vê [...] E aí eu queria propor para vocês que a gente pudesse falar com o nosso corpo, que a gente pudesse dançar tudo isso que a gente falou agora. Então oh, a dançar essa beleza, a gente dançar esse corpo negro que é belo que é bonito. E a

gente se vê bonitas dançando. Poderosas com esse sorriso negro, com essa liberdade que a gente carrega desde lá dos nossos ancestrais.

Dançar a palavra, cantar o gesto, fazer ressoar em todo movimento um desenho da voz, um prisma de dicções, uma caligrafia rítmica, uma cadência. Assim se realiza a emissão da textualidade oral, nos diversos dispositivos pelos e nos quais se compõe (Martins, 2021, p. 90).

Figuras 2 e 3: Registro da oficina realizada no Espaço Normal, na Maré (RJ)

Figura 2



Figura 3



Fonte: registro fotográfico de Paula Eliane durante a oficina no Espaço Normal (RJ).

Inicialmente tímidas, algumas mulheres se mostram acanhadas em participar do momento da dança convocado pelaicineira, que faz uma fala sensível sobre a proposta: *“todo corpo dança, todo corpo tem a sua dança, todo corpo tem a sua força, todo corpo tem a sua beleza, todo corpo tem a sua potência, e todo corpo dança. Todo mundo pode dançar!”*. O tambor começa a tocar ritmado com menção ao toque Daró²⁹, que no candomblé é ritmo tocado nos atabaques para Oyá, orixá dos ventos. Corpos de mulheres negras são convocados para se levantar e nesse ritmado do tambor a se soltar, permitir ser livre naquele solo. O movimento é circular, é o vento e a brisa que traz leveza em cada braço elevado, em cada passo dado.

Palmas ritmadas com os pés, o balanço do quadril de um lado para o outro, o caminhar pelo espaço respeitando a roda, cada participante no seu ritmo. Diante do bailar de cada uma naquele espaço, observei algumas participantes se despindo de valores impostos socialmente, como por exemplo o racismo religioso, ao ficarem receosas de estar dançando ao som do tambor; já outras se mostraram muito enérgicas com a possibilidade de dançar livremente.

²⁹ Nas religiões de matrizes africanas, Daró é um dos toques executados nos atabaques que faz referência ao orixá Oyá, também conhecida como Iansã, deusa dos ventos e tempestades. Neste toque, a dança se dá com movimentos mais abertos com as mãos, braços e pés que deslizam no solo. Estes movimentos podem ser leves como a borboletas ou intensas como as pisadas de um búfalo, ambos animais que na ritualística referenciam Oyá.

Para finalizar esse momento, aicineira estimula a aproximação de todos os corpos ali presentes ainda em formato de roda, onde todas juntas lançando passos vindo de trás para frente, estendem os braços debaixo pra cima, se unem no centro da roda gritando em alto e bom som: “Axé!”, terminando o movimento com todos os braços elevados, simbolizando a liberdade, o corpo livre.

Figura 4: Registro da oficina realizada no Espaço Normal – Maré/RJ



Fonte: próprio autor, 2021.

O corpo-tela, que é também um corpus cultural, em sua variada abrangência, aderências e múltiplos perfis, torna-se *locus* e ambiente privilegiado de inúmeras poéticas entrelaçadas no fazer estético (Martins, 2021, p. 163). Com o conceito de *corpo pensamento* de Leda Maria Martins, a autora diz que

O corpo, assim instituído e constituído, faz-se como um corpo-tela, um corpo-imagem, acervo de um complexo de alusões e repertório de estímulos e de argumentos, traduzindo certa geopolítica do corpo: o corpo pólis, o corpo das temporalidades e espacialidades, o corpo gentrificado, o corpo testemunha e de registros. Um corpo historicamente conotado, que personaliza as vozes que denunciam e nomeiam o itinerário de violências de nossa rotina cotidiana, mas que, sem tréguas, escavam vias alternas para uma outra existência, mais plena e cidadã. Um corpo/ voz inventário que limpa, restabelece, restitui, reivindica, respira e inspira, em perene processo de cura, escavando vias alternas de outros devires possíveis, sempre desejoso de transformações do corpus social (Martins, 2021, p. 162).

Após esse movimento ser repetido por três vezes, ainda no calor desta troca energética, Lua lança a seguinte pergunta: “Como que foi pra vocês, esse momento de dançar?”. Mirtes,

uma das participantes, cadenciando o movimento de seus quadris com os braços para o alto, rapidamente responde: “*A gente até esquece da vida, né!*”.

A fim de aproveitar o envolvimento das participantes, Lua segue a condução do ato e após um lindo bailar de corpos de mulheres pretas faz uma convocação para o diálogo: “*O que é ser mulher negra pra cada uma de nós?*”. Alguns segundos de silêncio tomam o espaço, respirações profundas, olhares para os lados, para o chão. Foi perceptível o incômodo gerado, momentaneamente, com a pergunta disparada na roda. Percebi o quão delicado foi falar sobre ‘o ser mulher negra’, ou falar sobre si mesma. Então, após a repetição da pergunta, temos alguns relatos fortes, como o de Lia Gabriel (I) e Mirtes (II):

É todo dia matar um leão! (...) depois de muito tempo eu me senti assim como uma árvore que tivesse cheia de pássaros abrigados que todo mundo não conseguiu adotar, como se tivesse um monte de gente pra carregar. Então mulher negra é isso, tem que sempre se trancar com uma armadura. (I)

É ser forte, é guerreira, corre atrás, faz de tudo pra ter a sua liberdade, pra ter as suas coisas, não precisar de ninguém, não depender de ninguém. (II)

Diante das falas expostas, é possível notar o quadro de sobrecarga e sofrimento em que essas mulheres expressam e que faz relação com o mito da mulher negra forte, imagem que se perpetua na construção no imaginário brasileiro. Santos (2018), ressalta que a exclusão social e a discriminação geram profunda tristeza, letargia e desespero, acabam com a autoestima, a esperança e a motivação de vida, e levam até mesmo a outros problemas, tais como a dependência química, não é difícil concluir que há uma quantidade enorme de pessoas negras passando por transtornos psicológicos sem receber qualquer tipo de auxílio.

As mulheres negras vivenciam um tipo de experiência dura e invisibilizada na condição de estar na rua, fora as violências em que estão expostas, como na fala de Natalina (III), ao expor seu receio de não ser forte para suportar a vida que leva:

Tipo muito acontecimento...é feminicídio, marido matando mulher, querendo ser dono, trancafiar... então, se a gente não é forte, filho... A gente acaba indo dessa pra outra. E não tendo nossa opinião própria e o nosso gostar. (III)

E no tecer dos diálogos, as percepções quanto à valorização do corpo feminino negro, algumas participantes trazem pontos relacionados a hiperssexualização ou, com a exploração da mulher negra enquanto objeto sexual (Gonzalez, 2020). Então, além das violências e exclusões em que sofrem as mulheres negras, este ainda é um corpo sexualmente desejado.

Ah... venhamos e convenhamos né, olha a traseira de uma branca, agora você olha os peitos de uma preta, entendeu?! Desde os tempos da escravidão o sinhozinho ia atrás da escrava. A nega dele era a nega dele, a mulher era chamada de esposa, a negra era chamada de amor, recebia mais carinho, queria ficar mais com ela. E isso tudo causa o que? Raiva na esposa né, na sinhá. Lá fora o que os gringos falam: - “Brasil, muita

preta bonita, peito e bunda”. Até a branca quando tem bunda tem muita, quando tem peito vai lá no chão, e a gente não. Olha só o gingado da nega, olha o gingado! (Líbia)

O termo hiperssexualização significa atribuir às mulheres negras a aparência, a natureza ou o caráter sexual em excesso com a objetificação destes corpos. Fato é que, no imaginário social brasileiro, algumas pessoas podem pensar que falas como estas podem estar relacionado à valorização da beleza negra, mas não está. A escritora bell hooks identifica o emprego de estereótipos desumanizadores nas representações estadunidenses, associados à imagem da mulher negra como selvagens sexuais, prostitutas, desleais e amorais (hooks, 1982).

Olha muitas vezes, mas depende. Se você se der valor, tem que se sentir bonita, eu tô sem dente, magra, mas eu passo e me sinto a melhor mulher que tá passando sabe?! Porque eu me sinto assim (...) muitos negros são preconceituosos, muitos negros têm vergonha da sua cor, passa o Enê, estica estica o cabelo, vai no salão porque tem vergonha de ter o cabelo de negro, cabelo cheio (...). Pra eles nos aceitarem, a gente tem que nos aceitar. Como que eu vou fazer você me aceitar se eu não me aceito? Se eu me escondo, se eu me envergonho. (Líbia)

O racismo constitui-se num processo de hierarquização, exclusão e discriminação contra um indivíduo ou toda uma categoria social que é definida como diferente com base em alguma marca física externa (real ou imaginada), a qual é ressignificada em termos de uma marca cultural interna que define padrões de comportamento (Santos, 2017). Saura Benevides sobre o racismo e sua vivência nas ruas

(...) vocês estavam falando aqui sobre mulher negra (...) Discriminação não dá conta de arrumar um emprego, e a pessoa tem que às vezes que segurar... É o preconceito, é a hipocrisia que tem na própria democracia [aponta para a pele de seu braço]. (...) Porque isso aqui é só a pele na terra, depois que for embora da terra, acabou. (...) Então isso é importante pra mim.

(...) às vezes uma palavra dói mais do que um tapa.

Pode-se notar que há um sofrimento psíquico expresso nos diálogos das participantes do xirê de vivências. Santos (2018) nos diz que o estilo perverso do racismo brasileiro está em sua invisibilidade, pois é algo que socialmente não é falado nem ecoado, no entanto, é sentido e percebido cotidianamente pela maioria da população afrodescendente que vivencia, sente e sofre consequências psicológicas decorrentes do racismo que, influencia de modo desfavorável a formação do aparelho psíquico.

Considerando que a cor é uma marca visível e faz parte das características da pessoa, é um definidor de identidade e individualidade (Silva, 2017). A dor em carne viva desses traumas silencia, grita e chora. A estratégia de sobrevivência psíquica, muitas vezes, captura o pensamento no trabalho psíquico de afastar o sofrimento. Por outro lado, a negação do racismo

no discurso corrente também imputa a dúvida quanto à realidade da violência de gestos e falas cotidianos que reafirmam a estratificação social (Vannuchi, 2017). Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas é sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades (Souza, 1983, p. 18).

A realização deste encontro sinaliza a importância de espaços acolhedores que permitam o encontro de mulheres que em algum ponto tem suas histórias entrelaçadas, e que processo de reconhecer os diversos tipos de violência ocasionadas pelo racismo, há também a possibilidade de busca por recriar a identidade enquanto pessoa negra. O xirê de vivências e memórias, mostrou que através da arte é possível a construção de espaços de diálogo, acolhida e cuidado, ancorado na potência da agência da mulher negra em sua resistência histórica e ancestral.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo-vivência teve uma importante contribuição para identificação das percepções das questões raciais a partir da oralidade de mulheres negras em um espaço coletivo, trocando olhares entre os pares, sorrindo, refletindo, dançando e podendo esquecer momentaneamente as dores da vida. A proposta de um encontro coletivo de mulheres negras que vivem nas ruas, embora com contextos distintos em seu cotidiano, ainda assim, apresentaram similaridades em suas histórias e reflexões. Um importante momento de repensar seu lugar no mundo e recriar-se em potencialidades.

Narrativas em primeira pessoa permitem que cada corpo feminino negro conte um pedaço de sua história, seja na oralidade ou nos gestos, são formas de resistir e reexistir cada dia. É (sobre)viver diante das inúmeras situações de exclusão. O povo negro é agente de escrita e personagem, falando não somente de suas vivências pessoais, mas também de experiências que atravessam a condição de ser negro no Brasil, a partir de uma vivência coletiva (Lima, 2017).

Para atuar no cuidado em saúde é preciso criar o que denominamos de um espaço de compreensibilidade mútua entre vivências, experiências e saberes diferentes que se encontram nos territórios, no tecido social (Tremper et al, 2020). O intuito dessa estratégia é produzir espaços de cuidado e caminhos onde cada corpo-voz de mulheres negras produz um sentido e existência a partir de suas narrativas. Como define Scheifler (2022), os séculos de invisibilidade e subalternidade da mulher negra requerem que se considere as suas narrativas com ferramentas epistemológicas pensadas a partir delas mesmas, de suas vozes e dos seus corpos, para assim contar as estórias e a história que a história não conta.

Visando estratégias de cuidado com a população de rua, a articulação com os atores sociais do território junto aos equipamentos de saúde, como as equipes de Consultório na Rua, que produzem diálogos e encontros que se dão em ato, pode fomentar a ampliação de rede de cuidado e acolhimento voltados para mulheres negras, fortalecendo a luta pela garantia dos direitos básicos das mulheres negras em situação de rua no atual cenário da cidade do Rio de Janeiro. Portanto, a construção de práticas emancipatórias de saúde, dando visibilidade às questões de gênero e de classe sob a lente interseccional, é fundamental para o enfrentamento à opressões e combate às iniquidades em saúde, sobretudo, em relação às mulheres negras.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S.L. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018. Acesso em: set. 2021.
- ALVES, I. C. S. A. **Entre silêncios e memórias: tornar-se pesquisadora e a reconquista da identidade.** Dossiê Autoetnografias: (In)visibilidades, reflexividades e interações entre “Eus” e “Outros” - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFJF v.17 n.3., 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.34019/2318-101X.2022.v17.39823> . Acesso em: 17 mai. 2022.
- ALVES, C. E. R. **Mulheres cisgênero e mulheres transgênero: existe um modelo legítimo de mulher?**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women’s Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017. Disponível em: https://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1518011872_ARQUIVO_Mulherescisgeneroemulherestransgenero-ClaudioEduardoResendeAlves.pdf. Acesso em: 05 mai. 2022.
- BERNADINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N., GROSFUGUEL, R. (orgs.). **Decolonialidade e pensamento afro-diaspórico.** Belo Horizonte: Autêntica, 2020. Acesso em: fev. 2022.
- BERNARDINO-COSTA, J. A prece de Frantz Fanon: Oh, meu corpo, faça sempre de mim um homem que questiona!. **Rev. Civitas, Porto Alegre**, v. 16, n. 3, p. 504-521, jul.-set. 2016. Acesso em: fev. 2022.
- BORGES, C. **Colonialidade do ser e sustentação do racismo: entendimento à luz de Néelson Maldonado-Torres.** VI Congresso Desenvolvimento Social – Desafios à Democracia, Desenvolvimento e Bens Comuns, 14 a 16 agosto - Minas Gerais, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/download/41776/23769/139665>. Acesso em: 22 mai. 2022.
- BRASIL. **Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009.** Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Brasília, DF, 2009b. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm. Acesso em: 17 jun. 2022.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **A saúde da população negra e o SUS: ações afirmativas para avançar na equidade.** Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2005. Acesso em: 10 abr. de 2022.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra.** Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacao_negra_3d.pdf Acesso em: abr. de 2022.
- BRASIL. **Plano Municipal de Saúde do Rio De Janeiro (PMS-RJ) 2014-2017.** Secretaria Municipal de Saúde, 2013. Disponível em: http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/3700816/4128745/PMS_20142017.pdf. Acesso em 10 de jun de 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Rua aprendendo a contar: pesquisa nacional sobre população em situação de rua**. Brasília, DF: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009c.

Disponível em:

http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf. Acesso em: 17 abr. 2022.

BATISTA, L. E.; MONTEIRO, R. B.; MEDEIROS, R. A. Iniquidades raciais e saúde: o ciclo da política de saúde da população negra. **Saúde em Debate** - Rio de Janeiro, v. 37, n. 99, p. 681-690, out/dez 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-11042013000400016>. Acesso em 20 mai. 2022.

CARNEIRO, S. A batalha de Durban. In: **Revista Estudos Feministas**, ano 10, 1º semestre 2002, p.210. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ref/a/m7m9gHtbZrMc4VxnBTKMXxS/?format=pdf>. Acesso em: 10 jun. 2022.

CARONE, I. & BENTO, M.A.S. (Orgs.). **Psicologia Social do Racismo**. Petrópolis: Vozes. 2002. Acesso em: set. 2021.

COR, gênero e classe: os desafios da mulher preta. Reportagem: Brasil de Fato – Belém (PA), 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/07/08/cor-genero-e-classe-os-desafios-da-mulher-preta>. Acesso em 7 de jun. de 2022.

COSTA, E. F.; OLIVEIRA, P. A. **O sofrimento psíquico causado pelo racismo e o seu impacto na subjetividade**. Revista Uningá, Maringá, v. 56, n. 1, p. 114-130, jan./mar. 2019. Acesso em: 11 de junho de 2022. Disponível em:

<https://revista.uninga.br/uninga/article/download/444/1889/7748>. Acesso em: 7 jun. 2022.

COSTA, T. **Lélia Gonzalez e o feminismo decolonial como lente de análise**. Revista Contraponto, v. 8, n. 3, dez, 2021. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/index.php/contraponto/article/view/117976> Acesso em 9 mai. 2022.

DAMASCENO, L. M. **No embaralhamento com exu**. Revista Das Questões, n. 4, ago/set, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/dasquestoes/article/view/16210> Acesso em 12 jun. 2022.

ENGSTROM, E.M; TEIXEIRA, M.B. **Equipe “Consultório na Rua” de Manguinhos, Rio de Janeiro, Brasil: práticas de cuidado e promoção da saúde em um território vulnerável**. Ciência & Saúde Coletiva, 21(6):1839-1848, 2016. Disponível em:

<https://www.scielo.org/article/csc/2016.v21n6/1839-1848/> Acesso em 11 abr. 2022.

EVARISTO, C. **A escrevivência e seus subtextos**. In: Duarte, Constância Lima & Nunes, Isabella Rosaldo (org.). *Escrevivência: a escrita de nós – reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro, Mina Comunicação e Arte, 2020. Disponível em:

<https://www.itausocial.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Escrevivencia-A-Escrita-de-Nos-Conceicao-Evaristo.pdf>. Acesso em: abr. 2022.

EVARISTO, Conceição. **Insubmissas lágrimas de mulheres**. Belo Horizonte: Nandyala, 2011. Acesso em: abr. 2022.

EVARISTO, C. **Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita**. In: Alexandre, Marcos A. (org.) Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces. Belo Horizonte: Mazza Edições, p. 16-21, 2007. Disponível em: <http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/da-grafia-desenho-de-minha-mae-um-dos-lugares-de-nascimento-de-minha-escrita/>. Acesso em: 15 jul 2022.

EVARISTO, C. **Becos da Memória**. 200p. Rio de Janeiro: Pallas, 2017. Acesso em: abr. 2022.

FANON, F. (1968). **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Civilização Brasileira. Acesso em: nov. 2021.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Ed. UFBA, 2008. Acesso em set. 2021.

FERNANDES, F.M. B., MOREIRA, M. R. Considerações metodológicas sobre as possibilidades de aplicação da técnica de observação participante na Saúde Coletiva. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 23 [2]: 511-529, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/xPxyWfgpxy9Dq6kqg6knnRc/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 19 mai. 2022.

FERNANDES, D. A. **O gênero negro: apontamentos sobre gênero, feminismo e negritude**. Estudos Feministas, Florianópolis, 24(3): 691-713, setembro-dezembro, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/TgpBQ9JHwvj7VfvHJPgxnyP/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 out 2021.

FILHO, JLX. Do quilombo ao quilombo: uma breve análise historiográfica quilombola da África ao Brasil e a valorização das memórias, oralidades e história oral nas comunidades remanescentes atuais. In: XIX Encontro de História da Anpuh-Rio – **História do Futuro: Ensino, Pesquisa e Divulgação Científica**. 21-25 de setembro. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: https://www.encontro2020.rj.anpuh.org/resources/anais/18/anpuh-rj-erh2020/1599584773_ARQUIVO_84969bb29452cf747b160084b0d42490.pdf Acesso em: out. 2021.

GOMES, D.D de O; CARNEIRO, E.M.C; MADEIRA, M.Z.A. **Mulheres negras, racismo estrutural e resistências**. Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, UFES, Vitória - ES, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/23419>. Acesso em: out 2021.

GONZALEZ, L. **Racismo e Sexismo na cultura brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje, São Paulo, 1984, p.223-244. Acesso em: out 2021.

GRADA, K. **Memórias da Plantação: episódios de racismo no cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. Acesso em: out 2021.

GOUVEIA, M. & ZANELLO, V. Saúde Mental e Racismo contra negros: Produção Bibliográfica Brasileira nos Últimos Quinze Anos. **Psicologia: Ciência e Profissão** Jul/Set. 2018 v. 38 n°3, 450-464. 2018. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pcp/a/gPSLSxDcHDhDccZgpk3GNVG/?lang=pt>. Acesso em: nov 2021.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade** – tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro, 11ª Edição -Rio de Janeiro: DP&A, 2005. Acesso em: dez. 2022.

hooks, B. **“E eu não sou uma mulher?”: Mulheres negras e feminismo**. Trad. Bhuvi Libanio. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020. Acesso em: jun. 2022.

IPEA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça** / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - 4ª ed. - Brasília: Ipea, 2011. 39. Com a participação de: ONU Mulheres, Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir). Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/igualdade-racial/retrato-das-desigualdades-de-genero-e-raca-ipea-4a-edicao/view> Acesso em: 17 jun. 2022.

JESUS, C. M. **Quarto de Despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Ática, 2014. Acesso em: jun. 2022.

LAURA L., KWAME Y. P. S. (orgs.). **Saúde mental, relações raciais e Covid – 19**. São Paulo, 2020. Disponível em: https://www.academia.edu/43699039/Saude_mental_relacoes_raciais_covid_19_fina. Acesso em: 11 jun 2022.

LUGONES, M. **Colonialidad y género**. Tabula Rasa, nº.9, 73-101, julio-diciembre, Bogotá – Colombia. 2008. Disponível em: <https://www.revistatabularasa.org/numero-9/05lugones.pdf> Acesso em: dez. 2021.

MACHADO, V. **Exu: o senhor dos caminhos e das alegrias**. VI ENECULT/Facom, UFBA, Salvador – BA. 2010. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/wordpress/24929.pdf>. Acesso em: fev. 2022.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte**. Tradução de Renata Santini. 1. ed. 4. reimp. São Paulo: n-1 edições, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/primafacie/article/view/41651/22587> Acesso em: 10 jun. 2022.

MARTINS, L. M. **Performances do tempo espiralar, poéticas do corpo-tela** / Leda Maria Martins. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Cobogó, 2021. Acesso em: jul. 2021.

MIGNOLO, W. **La idea de América Latina: la herida colonial y la opción decolonial**. Espanha: Editora gedisa. 2009. Acesso em: dez 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/16080> Acesso em: dez. 2021.

MIGNOLO, W. **Historias Locales/diseños Globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronteirizo**. Madrid: Akal. 2013. Acesso em: dez. 2021.

MONTEIRO, F.K.V, ALMEIDA, L.P. A exclusão social de mulheres moradoras de rua: questões de gênero e políticas sociais. *In: Território(s), Gênero, Trabajo y Políticas Públicas en América Latina*. Chile, 2015. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/313425442> Acesso em: 17 jun. 2022.

MOORE, C. **Racismo e sociedade**: novas bases epistemológicas para entender o racismo. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007. Acesso em: dez. 2021.

MORAES C. F., RIBEIRO, C. J. e AVILA, C. S. Mulher preta: a dor que transcende o corpo-anátomo. **Revista: Em Favor de Igualdade Racial**, Rio Branco – Acre, v. 5, n.2, p. 03-14, maio/agosto. 2022. Disponível em:

<https://periodicos.ufac.br/index.php/RFIR/article/download/5588/3677/20472>

Acesso em 29 mai. 2022.

MOREIRA, É.V., LIMA, M.S.B. A pesquisa qualitativa em Geografia. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n.37, v.2, p.27-55, ago./dez. 2015. Acesso em: jun. 2022.

MOURA, A. B. F; e LIMA, M. G. S. B. A reinvenção da roda: roda de conversa, um instrumento metodológico possível. **Interfaces da Educ.**, Paranaíba, v.5, n.15, p.24-35, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/18338> Acesso em: 21 mai. 2022.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: Identidade Nacional Versus Identidade Negra**. Editora Vozes. 2008. Acesso em: jun. 2022.

NASCIMENTO, B. **O conceito de quilombo e a resistência cultural negra**. Afrodiáspora Nos. 6-7, pp. 41-49, 1985. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4408010/mod_resource/content/2/NASCIMENTO-Beatriz_O%20conceito%20de%20Quilombo%20e%20a%20resist%C3%Aancia%20cultural%20negra.pdf. Acesso em: nov. 2021.

NASCIMENTO, D. M. - **Furos de encruzilhada**: uma transurbância no dispositivo muro do ramal ferroviário Santa Cruz – Rio de Janeiro. Revista Prumo, 2019. Disponível em <https://periodicos.puc-rio.br/index.php/revistaprumo/article/view/1126> Acesso em: 11 de jun. 2002.

NUNES, N. R. A; SOUZA, P. C. S. Para ficar em casa é preciso ter casa: desafios para as mulheres em situação de rua em tempos de pandemia. **Rev. Augustus** | ISSN: 1981-1896 | Rio de Janeiro|v.25 | n. 51 | p. 97-112/jul./out. 2020. Disponível em:

<https://revistas.unisuam.edu.br/index.php/revistaaugustus/article/view/545>

Acesso em: 10 mai. 2022.

OLIVEIRA, M. A, SAVÓIA, J. R, TEIXEIRA, L. S, SANTOS, E. L, GABRIEL, C. S, GRANDI, A. L. À margem das desigualdades: caracterização da população atendida pelo consultório na rua de Londrina-PR - Cap. 4. *In: Avaliação em saúde*: alicerce para a prática/ (Org.) Daniel Augusto da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021. Disponível em:

<https://www.atenaeditora.com.br/catalogo/download-post/57547>

Acesso em: 12 jun. 2022.

OLIVEIRA, R. G. Racismo e suas expressões na saúde. *In: Direitos humanos, saúde mental e racismo*: diálogos à luz do pensamento de Frantz Fanon. Rio de Janeiro – RJ, 2020.

Disponível em:

<https://defensoria.rj.def.br/uploads/arquivos/dc324a5ca46949149aa02ba14bcb7fb7.pdf>

Acesso em: dez 2021.

OLIVEIRA, R. G. **Vidas em exclusão e a reinvenção do cuidado - Rio de Janeiro** - Editora Fiocruz, 2021. Acesso em: jul. 2022.

OLIVEIRA, R. M. S. Cheiro de alfazema: Neusa Souza, Virgínia e racismo na psicologia. **Arq. bras. psicol.** vol.72 nº esp. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672020000300005. Acesso em: nov. 2021.

PAIXÃO, D. S., ROCHA, R.V.S., I. L. S. RODRIGUES. **A psicologia da libertação e o aquilombamento da população em situação de rua em salvador/BA: reflexões através do programa Corra Pro Abraço.** Ano III | Volume 5| Nº14| Boa Vista | 2021. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/214>. Acesso em: nov 2021.

PIMENTA, L., ARAÚJO, L. C., RODRIGUES, M. L. S., CÂMARA, Y. A. **A escrevivência de Conceição Evaristo como estratégia político-discursiva de resistência.** Letras de hoje: Porto Alegre, v. 56, n. 2, p. 251 -261, maio-ago. 2021. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/40482>. Acesso em: fev 2022.

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e a América Latina.** Em: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – Perspectivas latinoamericanas. LANDER, Edgardo. Buenos Aires: CLACSO, p. 107-129, 2005. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: dez 2022.

REZENDE, D. T. de, & TÁRREGA, M. C. V. B. **Colonialidade do corpo feminino negro: trabalho reprodutivo no período escravocrata brasileiro e justiça racial.** *Revista Videre*, 13(27), 227–243, 2021. Disponível em: https://www.oasisbr.ibict.br/vufind/Record/STJ-1_3637460a9b1c78621760a6cee892e5c0. Acesso em: dez. 2021.

RUFINO, L. **Pedagogia das Encruzilhadas-** Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019. Acesso em: fev. 2022.

RUFINO, L. **Performances afro-diaspóricas e Decolonialidade: o saber corporal a partir de Exu e suas encruzilhadas.** *Revista Antropolítica*, n. 40, Niterói, 1. sem. 2016. Acesso em: fev. 2022.

SANTOS, E. F., DIOGO, M. F., SHUCMAN, L. V. **Entre o não lugar e o protagonismo: articulações teóricas entre trabalho, gênero e raça.** *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, vol. 17, n. 1, p.17-32, 2014. Acesso em: jun. de 2022.

SANTOS, K.Y.P. **Ética intercessora e micropolíticas de aquilombamento – uma experiência clínica de enfrentamento ao genocídio negro - In: Prêmio Jonathas Salathiel de Psicologia e Relações Raciais.** Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. - São Paulo: CRP - SP, 2019. Acesso em: nov. de 2021.

SANTOS, J. A. **Sofrimento psíquico gerado pelas atrocidades do racismo**. Revista da ABPN, v. 10, n. 24, nov. 2017 – fev. 2018, p.148-165, 2018. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/578>. Acesso em: nov. 2021.

SCHUCMAN, L.V. **Racismo e Antirracismo: a categoria raça em questão**. Revista Psicologia Política. vol. 10. nº 19. pp. 41-55, Janeiro/ Junho, 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2010000100005 Acesso em: dez. 2021.

SCHUCMAN, L. V. **Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana**. Psicologia & Sociedade, 26(1), 83-94. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/ZFbbkSv735mbMC5HHCsG3sF/?lang=pt> Acesso em: dez. 2021.

SOUZA, N.S. **Tornar-se Negro ou as Vicissitudes da Identidade do Negro em Ascensão Social**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1983. Acesso em: dez. 2021.

SIMAS, L. A. **Pedrinhas miudinhas: Ensaio sobre ruas, aldeias e terreiros**, 1ª edição, 132 p., Editora Mórula, 2013. Acesso em: nov. 2021.

SILVA, C. C.; CRUZ, M. M.; VARGAS, E. P. **Práticas de cuidado e população em situação de rua: o caso do Consultório na Rua**. Saúde Debate | Rio de Janeiro, v. 39, n. especial, p. 246-256, dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/PBqqKT9JyJgJndzcTcJxRMh/abstract/?lang=pt>. Acesso em: jan. 2022.

SILVA, F. G. **Subjetividade, individualidade, personalidade e identidade: concepções a partir da psicologia histórico-cultural**. Psicologia da Educação. São Paulo, 28, p. 169-195, 2009. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752009000100010. Acesso em: out. 2021.

SILVA, G. A. **O mito da fragilidade nunca vestiu o corpo negro feminino**. Revista Litterata | Ilhéus | vol. 7/1 | jan-jun. 2017. Disponível em: <https://periodicos.uesc.br/index.php/litterata/article/view/1443>. Acesso em: jan. 2021.

SILVA, M. L. **Racismo no Brasil: questões para psicanalistas brasileiros**. In: *O racismo e o negro no Brasil – questões para psicanálise*. Editora: Perspectiva, São Paulo, 2017. Acesso em: nov. 2021.

SOARES, C., GOMES, F., FARIAS, J. **Cidades negras: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX**. São Paulo: Alameda, 2006. Acesso em: 10 dez. 2021.

SOARES, L. V., MACHADO, P. S. **“Escrevivências” como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social**. Psicologia Política. vol. 17. nº 39. pp. 203-219. mai. – ago, 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2017000200002. Acesso em: abr. 2022.

TAVARES, J. S. C., KURATANI, S. M. A. **Manejo Clínico das Repercussões do Racismo entre Mulheres que se “Tornaram Negras”**. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 39, p. 1-13, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/PS556GX8mQ7CgwwzvbVgYts/>. Acesso em: dez. 2021.

TAVARES, J.S.C.; JESUS FILHO, C. A. A.; SANTANA, E. F. **Por uma política de Saúde Mental da População Negra no SUS**. *Revista ABPN*, v. 12, p. 138-151, 2020. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1118>. Acesso em: dez. 2021.

VANNUCHI, M. B. C. C. **A violência nossa de cada dia: o racismo à brasileira**. In: *O racismo e o negro no Brasil – questões para psicanálise*. Editora: Perspectiva, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/download/3600/6659/6953>. Acesso em: nov. 2021.

VIANA, R. N. **Raça, gênero e classe na perspectiva de bell hooks**. *Revista Sociedade e Cultura*, vol. 24, e66604, Universidade Federal De Goiás (UFG), 2021. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/66604>. Acesso em: out. 2021.

XAVIER, E. **O corpo a corpo na literatura brasileira: a representação do corpo nas narrativas de autoria feminina**. In: BRANDÃO, I.; MUZART, Z. L. *Refazendo nós*. Florianópolis: Edunisc/Editora Mulheres, 2003. Acesso em: jul. de 2022.

APÊNDICE I - ROTEIRO DA OFICINA

Perguntas disparadoras no xirê de vivências, após tocar a música *Sorriso Negro*:

- 1) “O que vocês acharam da música Sorriso Negro?”
- 2) “Quem são as pessoas que Dona Ivone Lara trás na música Sorriso Negro?”
- 3) “Quando a gente fala que um sorriso negro traz felicidade, a gente tá falando do quê?”
- 4) “O que traz felicidade para você?”
- 5) “Quantas coisas tiram o sossego da gente?”
- 6) “O que é ser mulher negra e estar na rua?”
- 7) “Vocês acham que a gente é forte, porque quer ou porque a gente tem que ser?”
- 8) “Quem mais quer falar um pouco sobre o que é ser mulher negra?”

APÊNDICE II - MÚSICA: SORRISO NEGRO (1981)

Composição: Adilson de Barro, Jorge Portela e Jair de Carvalho / Voz: Dona Ivone Lara

*Negro é a raiz da liberdade
Negro é a raiz da liberdade*

*Sorriso negro
Um abraço negro
Traz felicidade
Negro sem emprego
Fica sem sossego
E negro é a raiz da liberdade*

*Um sorriso negro
Um abraço negro
Traz felicidade
Negro sem emprego
Fica sem sossego
E negro é a raiz da liberdade*

*Negro é uma cor de respeito
Negro é inspiração
Negro é silêncio, é luto
Negro é a solidão*

*Negro que já foi escravo
Negro é a voz da verdade
Negro é destino, é amor
Negro também é saudade*

*Um sorriso negro
Um sorriso negro
Um abraço negro
Traz felicidade
Negro sem emprego
Fica sem sossego
Negro é a raiz da liberdade*

Um sorriso negro

*Um sorriso negro
Um abraço negro
Traz felicidade
Negro sem emprego
Fica sem sossego
E negro é a raiz da liberdade*

*Negro é uma cor de respeito
Negro é inspiração
Negro é silêncio, é luto
Negro é a solidão*

*Negro que já foi escravo
Negro é a voz da verdade
Negro é destino, é amor
Negro também é saudade*

Um sorriso negro

*Um sorriso negro
Um abraço negro
Traz felicidade
Negro sem emprego
Fica sem sossego
Negro é a raiz da liberdade*

Um sorriso negro

*Um sorriso negro
Um abraço negro
Traz felicidade
Negro sem emprego
Fica sem sossego
Negro é a raiz da liberdade*

*Negro é a raiz da liberdade
Negro é a raiz da liberdade.*

APÊNDICE III - INSUBMISSAS LÁGRIMAS MULHERES

Sumário do livro *Insubmissas Lágrimas Mulheres*, de Conceição Evaristo, 2016 - 3ªed.



Insubmissas Lágrimas de Mulheres

3ª edição

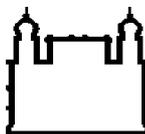
Conceição Evaristo



Sumário

Aramides Florença	9
Natalina Soledad	19
Shirley Paixão	27
Adelha Santana Limoeiro	35
Maria do Rosário Imaculada dos Santos	43
Isaltina Campo Belo	55
Mary Benedita	69
Mirtes Aparecida da Luz	81
Líbia Moirã	87
Lia Gabriel	95
Rose Dusreis	105
Saura Benevides Amarantino	117
Regina Anástacia	127

ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado participante,

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa **“Marcador social de raça, acesso e cuidado à população negra em situação de rua na APS - em busca de formas colaborativas de produção de ‘saber-intervenção’ contra o racismo.”**, desenvolvida pelos pesquisadoras/es Roberta Gondim de Oliveira, Paulo Roberto de Abreu Bruno, Ana Paula Cunha, Lidiane Bravo da Silva e Mayra Honorato. O objetivo central do estudo é analisar questões relativas ao racismo e a condição de estar na rua, propiciando condições para a inserção ao enfrentamento ao Racismo e suas expressões na agenda da gestão pública e no cuidado em saúde a partir da APS, assim como apoiar na formulação de estratégias de enfrentamento daqueles que se encontram nas ruas. O convite a sua participação se deve ao fato de ser **Usuário do Consultório na Rua**. Sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória, e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desistir da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa. Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas. Qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa, e o material será armazenado em local seguro. Será fortemente evitada a utilização de transcrições das Oficinas no texto final do relatório de pesquisa, optando-se por trabalhar com os sentidos fornecidos pelas narrativas. A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar do pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo. A sua participação será em Rodas de Conversa/Oficinas de sentidos. Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, por pelo menos 5 anos, conforme Resolução 466/12 e orientações do CEP/ENSP. O benefício de sua colaboração nesta pesquisa é o de contribuir com a produção de conhecimento sobre os desafios de ser negro/a em situação de rua e potencialidades de reversão de seus impactos. Os resultados serão validados em grupos focais com sua participação e divulgados em artigos científicos. Este termo é redigido em duas vias, sendo uma para o participante e outra para o pesquisador. Todas as páginas do presente

Página 1 de 2

CEP – ENSP

Tel e Fax - (0XX) 21- 25982863

E-Mail: cep@ensp.fiocruz.br

<http://www.enasp.fiocruz.br/etica>

Endereço: Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca/ FIOCRUZ, Rua Leopoldo Bulhões, 1480 –Térreo - Mangueiras - Rio de Janeiro – RJ - CEP: 21041-210

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Versão 4; de 14/03/2017

Rubrica pesquisador: _____

Rubrica participante: _____

ANEXO B - PLATAFORMA BRASIL

*** Essa submissão de emenda é exclusiva do seu Centro Coordenador?**

A emenda é exclusiva de seu Centro Coordenador, então as alterações realizadas em seu projeto, em virtude Participantes vinculados e nos Comitês de Ética das Instituições Coparticipantes, quando da sua aprovação.

A emenda não é exclusiva de seu Centro Coordenador, então quando a emenda for aprovada, esta SERÁ repl Comitês de Ética das Instituições Coparticipantes.

*** A pesquisa envolve seres humanos, na qualidade de participante da pesquisa, individual ou coletivamente de forma dela, incluindo o manejo de informações ou materiais? Maiores informações ver [Resolução 466](#), [Resolução 510](#)**

Sim Não

*** Informe o Modelo que deseja preencher**
(O Modelo completo ainda não está disponível para o público. Utilize o Modelo simplificado)

Simplificado Completo

*** Pesquisador Principal:**

CPF/Documento Nome Social

Telefone E-mail

*** Deseja delegar a autorização de preenchimento deste projeto a outras pessoas já cadastradas no sistema?**

Sim Não

ASSISTENTES:

CPF/Documento	Nome Social	Telefone	
145.243.817-08	MAYRA DA CRUZ HONORATO	(21)2669-8165	cruzh.

EQUIPE DE PESQUISA:

CPF/Documento	Nome Social
134.852.467-78	Ana Paula da Cunha
106.203.997-16	BARBARA OLIVEIRA DE PAULO DA SILVA
154.641.587-40	LIDIANE BRAVO DA SILVA
145.243.817-08	MAYRA DA CRUZ HONORATO
660.510.297-53	Paulo Bruno
134.878.817-80	SHARLENE LIVIAN DIAS DA SILVA

*** Instituição Proponente:** ⓘ

Sem Proponente

*** É um estudo internacional?**

Sim Não

1 2 3 4 5 6